p'lo meio

REVISTA DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO **MÉDIO TEJO**

Nº1
PRIMAVERA/ VERÃO 2021

MÉDIO TEJO
COMUNIDADE INTERMUNICIPAL

Estamos no MEIO,
no coração de Portugal,
numa região que se quer
afirmar pelo que é e pelo
que conquistou.

EDITORIAL

O mundo não é igual e nunca mais será. Fomos invadidos por um vírus que não pediu licença para entrar.
Privou-nos do contacto, das manifestações de carinho, do nosso local de trabalho, dos espaços que nos faziam sentir bem e de uma panóplia de coisas que, essencialmente, nos davam capacidade de decisão e de nos sentirmos livres.
Fomos obrigados a encontrar novos métodos, novas formas de estar, de trabalhar e até de conviver. Foi como recomeçar e aprender de novo, mas desta vez com um sentimento de obrigação e de responsabilidade perante um vírus desconhecido, que deixou um rasto mortal muito sério e que nos fez estar alerta e despertos para realidades que desvalorizámos e que, depressa, começámos a valorizar.
Apesar destes tempos difíceis e penosos, a região não parou.
As metodologias do teletrabalho ensinaram-nos muita coisa, nomeadamente, que somos capazes de vestir o nosso papel de profissionais à distância, com o mesmo afinco e profissionalismo e que a partir da nossa região conseguimos responder às empresas, que estão sediadas nos grandes centros, ou que a nossa casa ou região são os locais de excelência para trilhar uma nova vida empresarial.
E por tudo isto, é tempo de recomeçar. De agarrar nas aprendizagens que este tempo nos conferiu e com elas fortalecer os nossos hábitos rotineiros, os nossos projetos pessoais e profissionais, mas também a nossa região, que precisa de ser potenciada a todos os níveis.
É tempo de passar mais tempo nas nossas terras, nos nossos concelhos, no Médio Tejo, com os nossos, com aqueles que tivemos privados de estar e de conviver.
É tempo de sair à descoberta de uma região que dispõe de uma oferta riquíssima para umas excelentes férias de verão, para albergar um projeto empresarial, para recomeçar uma vida pessoal com todos os alicerces e condições. Nós, autarcas, continuamos a trabalhar neste objetivo. Na conquista de todas as condições para quem por aqui quer permanecer e quer apostar. Mais do que nunca, é tempo de recomeçar no Médio Tejo!×

Anabela Freitas,
presidente da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo

CONSELHO INTERMUNICIPAL DA CIM DO MÉDIO TEJO – O QUE É E O QUE FAZ!

O Conselho Intermunicipal é um dos órgãos que fazem parte da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIM do Médio Tejo), neste caso e em particular, é o órgão executivo, aquele que toma decisões em prol dos 13 municípios que integram esta Comunidade Intermunicipal, cabendo depois ao secretario executivo colocá-las em prática.

Este Conselho Intermunicipal (CI) é composto pelos 13 presidentes de Câmara Municipal, de cada um dos municípios que integram este órgão (Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha), os quais elegem entre si, um presidente e dois vice-presidentes, através de uma ou mais listas, de acordo com o princípio maioritário. O presidente e aquele que certamente encabeça a lista mais votada.

A duração do mandato do CI coincide com a duração do mandato autárquico, ou seja, 4 anos. Logo, as eleições para este órgão acontecem imediatamente após as eleições autárquicas.

As reuniões do CI ocorrem com alguma periodicidade, tendo lugar mensalmente uma ou duas vezes por mês, geralmente na sede da CIM, sendo que, por concordância de todos, algumas das reuniões são descentralizadas, acontecendo por terem lugar nas sedes dos municípios.

ANABELA FREITAS
PRESIDENTE DO CI, PRESIDENTE
DA CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR

FERNANDA ASSEICEIRA
VICE-PRESIDENTE DO CI, PRESIDENTE
DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCANENA

VASCO ESTRELA
VICE-PRESIDENTE DO CI, PRESIDENTE
DA CÂMARA MUNICIPAL DE MAÇÃO

São várias as competências do CI:

- Eleger o seu Presidente e Vice-presidentes, na sua primeira reunião;
- Definir e aprovar as opções políticas e estratégicas da Comunidade Intermunicipal;
- Submeter à Assembleia Intermunicipal a proposta do Plano de Acão da Comunidade Intermunicipal e o orçamento e as suas alterações e revisões;
- Aprovar os planos, os programas e os projetos de investimento e desenvolvimento de interesse intermunicipal, cujo regimes jurídicos são definidos em diploma próprio;
- Propor ao Governo os planos, os programas e os projetos de investimento e desenvolvimento de interesse intermunicipal;
- Pronunciar-se sobre os planos e programas da administração central com interesse intermunicipal;
- Acompanhar e fiscalizar a atividade do Secretariado Executivo Intermunicipal, das empresas locais e de quaisquer outras entidades que integrem o perímetro da administração local;
- Aprovar o seu regimento;
- Apresentar a Assembleia Intermunicipal, para aprovação, os documentos de prestações de contas da Comunidade Intermunicipal;
- Entre outros.

Para quem não conhece esta realidade intermunicipal, partilhamos os nomes que compõem a mesa deste órgão e dos presidentes que o acompanham. Este CI tem uma particularidade interessante, sabendo de antemão que os assuntos que são discutidos e os projetos que abarcam são muitos e variados, foram atribuídos pelouros, ou seja, na realidade cada um dos presidentes, além de acompanharem todas as matérias, acompanham também "mais de perto", algumas áreas de intervenção.

Estes pelouros dividem-se em Cultura (Miguel Borges); Desporto, Juventude e Lazer (RicardoAires); Desenvolvimento Económico, Competitividade e Empreendedorismo (Jorge Faria); Desenvolvimento Florestal e Mobilidade (Vasco Estrela); Proteção Civil (Anabela Freitas e Miguel Borges); Desenvolvimento Local e Justiça (Fernando Freire); Desenvolvimento Social (Fernanda Asseiceira); Educação (Sérgio Oliveira); Energia e Modernização Administrativa (Jacinto Lopes); Ambiente (Vasco Estrela e Fernanda Asseiceira); Emprego e Formação Profissional (José Farinha Nunes); Saúde (Pedro Ferreira) e Turismo (Anabela Freitas e Luís Albuquerque).

O Conselho Intermunicipal tem um papel determinante no apoio ao desenvolvimento dos concelhos do Médio Tejo. Por conseguinte, por sermos uma entidade supramunicipal, no desenvolvimento da nossa região, cada vez mais, se tem vindo a verificar populações envelhecidas, desertificação no interior, cabendo-nos, da melhor forma, promover as várias potencialidades que a região oferece, em prol sempre do crescimento do Médio Tejo.×

MANUEL VALAMATOS
PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DE ABRANTES

SÉRGIO OLIVEIRA
PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

JORGE FARIA
PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DE ENTRONCAMENTO

JACINTO LOPES
PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE

LUÍS ALBUQUERQUE
PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DE OURÉM

MIGUEL BORGES
PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DE SARDOAL

JOSÉ FARINHA NUNES
PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DA SERTÃ

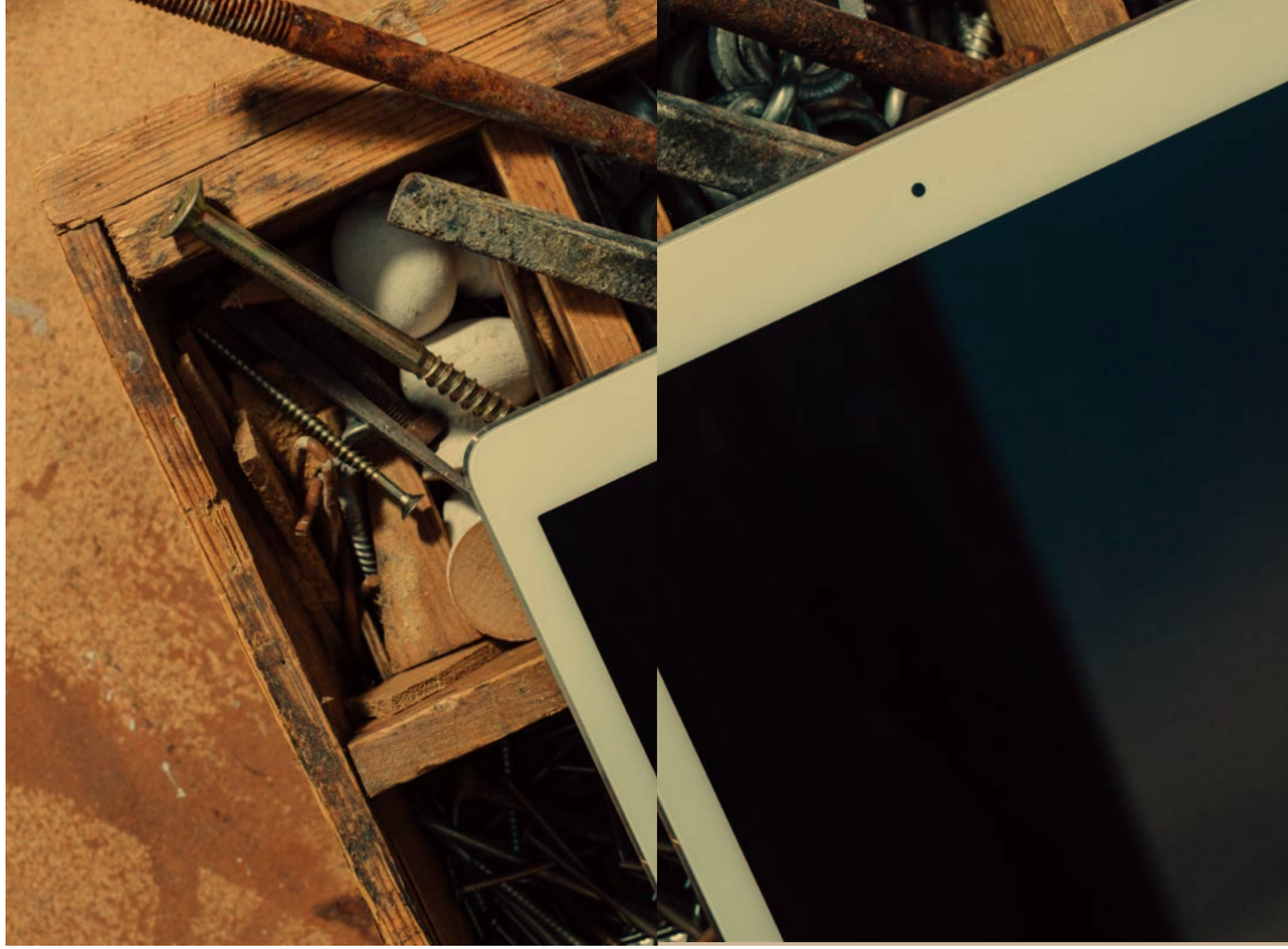
PEDRO FERREIRA
PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DE TORRES NOVAS

RICARDO AIRES
PRESIDENTE DA CÂMARA
MUNICIPAL DE VILA DE REI

FERNANDO FREIRE
PRESIDENTE DE VILA
NOVA DA BARQUINHA

PROGRAMA DE APOIO À PRODUÇÃO NACIONAL TEM CANDIDATURAS ABERTAS NA REGIÃO DO MÉDIO TEJO

Está aberto o aviso de concurso do Programa de Apoio à Produção Nacional (Base Local), da CIM do Médio Tejo, que concede apoios a micro e pequenas empresas da região do Médio Tejo, através do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).



OBJETIVOS DO PROGRAMA?

O programa presta um apoio direto ao investimento empresarial, com enfoque no setor industrial e no sector do turismo, entre outros, e tem como objetivo estimular a produção nacional e a redução da dependência face ao exterior, reforçando a agilidade de procedimentos, a eficiência na gestão e a eficácia nos resultados.

No contexto atual difícil que se vive ao nível económico, este programa vem dar um importante alento à retoma da economia, apoiando as empresas na aquisição de máquinas, equipamentos, serviços tecnológicos/digitais, sistemas de certificação, na transição digital e energética e na introdução de processos de produção ambientalmente mais amigáveis e que sejam um estímulo à produção nacional.

A QUEM SE DESTINA?

O Programa é dirigido a micro e pequenas empresas do território da CIM do Médio Tejo, que abrange: Abrantes, Alcanena, Constância, Entroncamento, Ferreira do Zêzere, Mação, Ourém, Sardoal, Sertã, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha. São elegíveis, as operações inseridas na CAE REV 3:

- Indústrias extrativas (CAE 05 a 09);
- Indústrias transformadoras (CAE 10 a 33);
- Turismo: Estabelecimentos hoteleiros (CAE 551); Turismo no espaço rural (CAE 55202); Parques de campismo e de caravanismo (55300); Restauração (561); e Organização de atividades de animação turística (93293).

As empresas devem assumir o compromisso de manter os postos de trabalho, não havendo a exigência da criação de novos postos. No mínimo, a empresa terá de ter um funcionário afeto aos quadros da empresa.

QUAIS AS DESPESAS ELEGÍVEIS NO PROGRAMA?

São consideradas operações com uma despesa elegível entre os 20 mil e os 235 mil euros, que se enquadrem em:

- Custos de aquisição de máquinas, equipamentos, respetiva instalação e transporte;
- Custos de aquisição de equipamentos informáticos, incluindo o software necessário ao seu funcionamento;
- Software standard ou desenvolvido especificamente para a atividade da empresa;
- Custos de conceção e registo associados à criação de novas marcas ou coleções;
- Custos iniciais associados à domiciliação de aplicações, adesão inicial a plataformas eletrónicas, subscrição inicial de aplicações em regimes de «software as a Service», criação e publicação inicial de novos conteúdos eletrónicos, bem como a inclusão ou catalogação em diretórios ou motores de busca;
- Material circulante diretamente relacionado com o exercício da atividade, até ao limite máximo elegível de 40 mil euros;
- Estudos, diagnósticos, auditorias, planos de marketing, até ao limite máximo elegível de 5 mil euros;
- Serviços tecnológicos/digitais, sistemas de qualidade e de certificação, até ao limite

máximo elegível de 50 mil euros;
- Obras de remodelação ou adaptação, para instalação de equipamentos produtivos financiados no âmbito deste projeto, até ao limite de 60% do investimento total elegível apurado;

QUAL A TAXA DE FINANCIAMENTO?

A taxa de financiamento é de 40% para os investimentos localizados em territórios de baixa densidade e de 30% para os investimentos localizados nos restantes territórios, podendo, as mesmas serem majoradas até um máximo de 20 pontos percentuais, nos seguintes critérios:
- "Transição digital" - para empresas que desenvolvam o projeto planeando a transformação digital das suas atividades, através de mudanças nos repetivos modelos de negócios, produtos ou processos produtivos: 10 pp;
- "Economia Circular" - para empresas que desenvolvam o projeto de acordo com uma estratégia conducente à transição para uma economia circular, incluindo a adoção de princípios da transição energética: 10 pp;
- "Estratégias de eficiência coletiva" - para projetos que demonstrem enquadramento nos PROVERE aprovados com incidência nos territórios abrangidos por este AAC ou alinhados com as cadeias de valor do vinho e queijo: 10 pp;
- "Enquadramento nos Planos Estratégicos de Desenvolvimento Urbano (PEDU) ou Planos de Ação de Regeneração Urbana (PARU)": 10 pp;
- Produtos turísticos integrados de base intermunicipal - para projetos que demonstrem enquadramento nos produtos turísticos selecionados pelas Comunidades Intermunicipais para o seu território: 10 pp;
- "Diáspora" para projeto cujos investidores tenham o Estatuto de Investidor da Diáspora, tal como estipulado na RCM n.º 64/2020 de 18 de agosto: 5 pp.

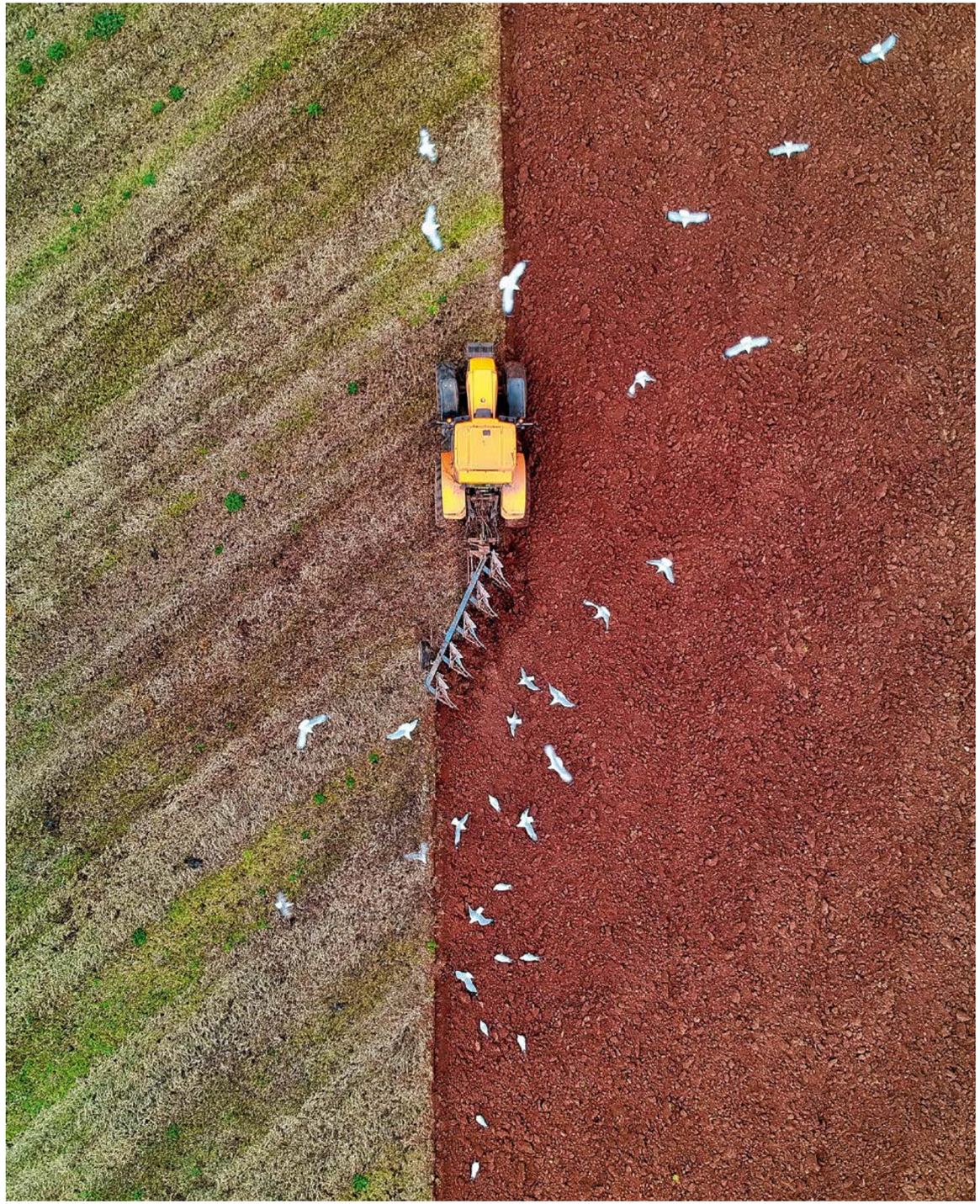
QUAL A DOTAÇÃO ORÇAMENTAL?

A dotação orçamental do FEDER afeta ao Programa de Apoio à Produção Nacional é de 7.577.581,64 euros, distribuída em 66,66% para a Indústria (CAE 05-33) e para as restantes empresas em 33,33%.

QUAL O PRAZO DE SUBMISSÃO?

O prazo para a apresentação de candidaturas decorre até às 19h00 do dia 31 de março de 2021. A apresentação de candidaturas é efetuada através de formulário eletrónico no Balcão 2020 . Este aviso de concurso enquadra-se no âmbito do Programa Operacional Regional do Centro, na Prioridade de Investimento (PI) 8.8 (FEDER):
- "Apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas" (FEDER), no âmbito do Objetivo Temático 8
- "Promoção da sustentabilidade e da qualidade do emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores".×

MEIO DE IVESTIMENTO



LINK VEIO PARA FICAR NO MÉDIO TEJO

LINK apresenta balanço positivo.

É um projeto "sobre rodas". O "LINK – Estamos todos ligados" - é a solução mais recente de mobilidade do Médio Tejo, que garante a ligação entre as 13 sedes de concelho do Médio Tejo.

O LINK está aí e veio para ficar! O projeto tem como propósito servir uma comunidade que precisa de se deslocar para trabalhar, para resolver diferentes tarefas do dia a dia e até para visitar os locais mais atrativos do Médio Tejo.

Anteriormente, este serviço de transporte fazia a ligação entre as seis cidades do Médio Tejo: Abrantes, Entroncamento, Fátima, Ourém, Tomar e Torres Novas, e, recentemente, passou a abranger as restantes sedes de concelho: Alcanena, Constância, Ferreira do Zêzere, Mação, Sertã, Sardoal, Vila de Rei e Vila Nova da Barquinha.

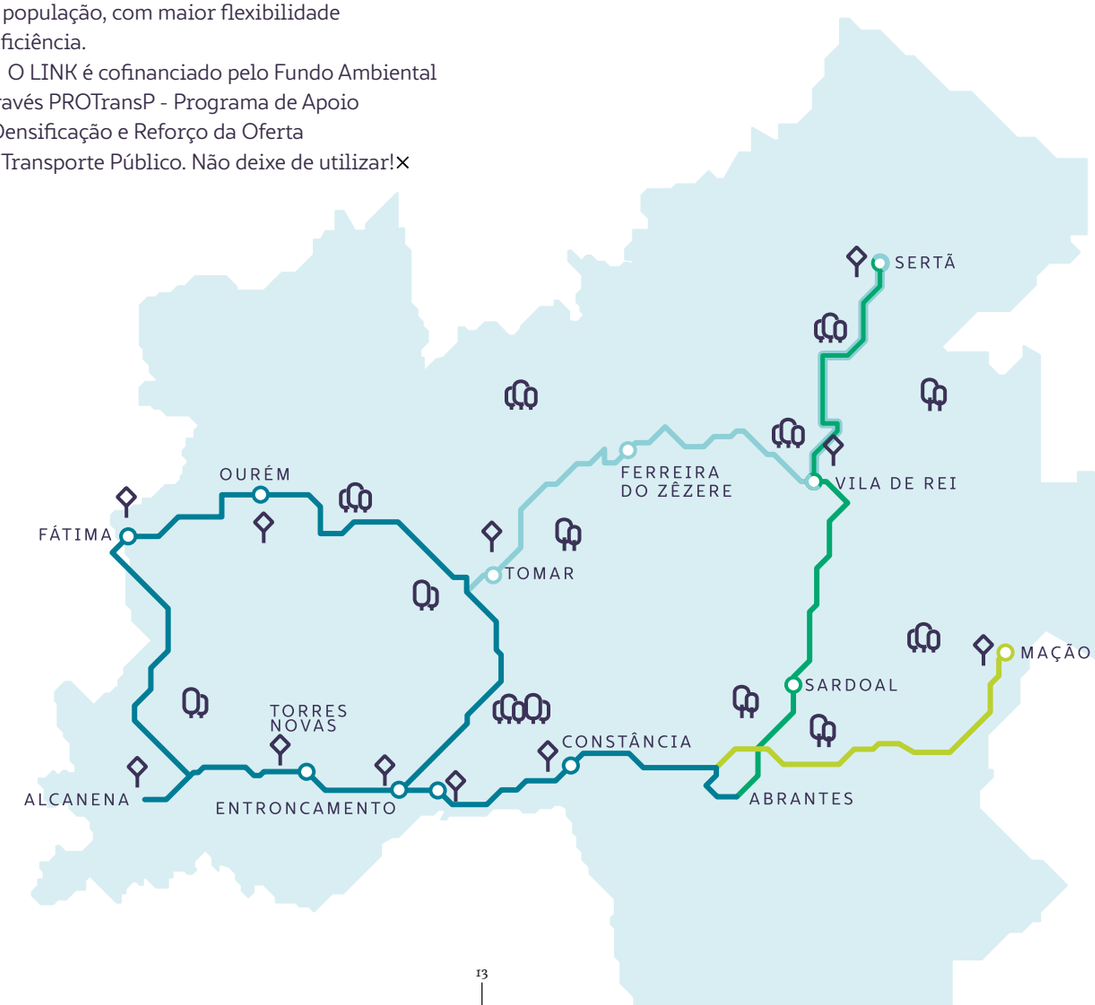
Para além do alargamento geográfico, o LINK funciona todos os dias úteis nas 13 sedes de concelho do Médio Tejo e aos fins de semana nas cidades da região e com diversos horários ao longo do dia para dar resposta às necessidades de transporte existentes. Para Miguel Pombeiro, secretário executivo da CIM do Médio Tejo, "o LINK é sem dúvida uma boa solução para quem tem o seu posto de trabalho na região e para quem se desloca turisticamente para visitar o Médio Tejo".
"Utilizar o Transporte Público é vantajoso a vários níveis, sendo que é um estímulo à qualidade de vida e à descarbonização", afirma o secretário executivo, realçando que a aposta continuada neste serviço, resulta dos bons indicadores da sua utilização.
Com o LINK, o objetivo da CIM do Médio Tejo e dos seus municípios é favorecer a melhoria da mobilidade nas ligações entre cidades e sedes de concelho do Médio Tejo, em complemento aos serviços existentes de transporte regular de passageiros e aos serviços de transporte a pedido de âmbito municipal em operação no território do Médio Tejo.

COMO FUNCIONA?

O cliente deve recorrer ao sistema de reservas, que são feitas através do número de telefone gratuito 800 209 226, de segunda a sexta-feira (exceto feriados), no horário das 9h00 às 15h00 do dia útil anterior ao que o cliente pretende viajar.
Existe também a possibilidade da reserva online em (transporteapedido.mediotejo.pt/Reservas), que pode ser realizada até às 15h00 do dia anterior à viagem e durante todos os dias da semana.
O custo do bilhete está cifrado entre os 3€ e 4€ para todas as ligações entre as cidades e sedes de concelho da nossa região e entre 21€ e 28€ para as cadernetas de 10 bilhetes pré-comprados, proporcionando um serviço de transporte que vai ao encontro das necessidades de mobilidade da população, com maior flexibilidade e eficiência.

O LINK é cofinanciado pelo Fundo Ambiental através PROTransP - Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público. Não deixe de utilizar!×

O serviço LINK funciona aos fins de semana nas cidades do Médio Tejo.



MEMORANDO DE INVESTIMENTO TERRITORIAL ASSINADO

Realizou-se no passado dia 22 de dezembro de 2020, no salão nobre do Ministério da Agricultura, a assinatura do Memorando de Investimento Territorial Integrado, entre o Governo e a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, da Lezíria do Tejo e do Oeste.

Anabela Freitas, presidente da CIM do Médio Tejo, marcou presença na cerimónia, onde procedeu à assinatura do memorando, num ato formalizado com a ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, Alexandra Leitão, o ministro do Planeamento, Nélson de Souza, a ministra da Coesão Territorial, Ana Maria Abrunhosa e os presidentes das CIM's da Lezíria do Tejo, Pedro Ribeiro, e do Oeste, Pedro Folgado.

A assinatura deste memorando compromete as três CIM`s a apresentar ao Governo uma estratégia comum para o desenvolvimento integrado dos seus territórios, tendo por base o próximo quadro comunitário de apoio Portugal 2020/2030.

Para a concretização deste objetivo, será criado um grupo técnico de trabalho, entre o Governo e as três CIM`s, com objetivo de propor um contrato de programa a celebrar e que servirá para estruturar os próximos dez anos de aplicação de fundos comunitários.

Para a presidente da CIM do Médio Tejo, Anabela Freitas, "a formalização deste memorando reveste-se de grande importância, sendo um ponto de partida e não de chegada, mediante o longo processo e trabalho que vamos encetar daqui para a frente".

Este trabalho prende-se com o desenvolvimento de uma estratégia integrada para o território das Comunidades Intermunicipais da Lezíria do Tejo, do Médio Tejo e do Oeste, que vai contemplar diferentes componentes das Intervenções Integradas de Base Territorial, nomeadamente: "Uma análise das necessidades de desenvolvimento e das potencialidades comuns do território em causa; um plano que contemple as principais ações e investimentos estruturantes de interesse comum, a respetiva calendarização, uma estimativa dos recursos financeiros envolvidos e um modelo de governação, com gestão própria, envolvida e participativa, assessorada por uma estrutura de apoio técnico exclusiva para o efeito", referiu Anabela Freitas.

De salientar ainda que atualmente, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo faz parte da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) de Lisboa e Vale do Tejo no que se refere à organização territorial. Contudo, para a obtenção de fundos comunitários esta CIM está integrada na CCDR do Centro. Assim, no futuro, o Governo pretende que haja uma coerência de gestão e ao nível territorial.

Pretende-se ainda que os territórios das três CIM`s apresentem uma identidade própria, com dinâmicas relevantes na esfera de articulação com a região de Lisboa e Vale do Tejo, no contexto das grandes regiões europeias e de valorização do seu potencial de interface entre a Europa e o Mundo.×

O TERRITÓRIO É NOSSO E DEVE SER APROPRIADO POR TODOS NÓS

Anabela Freitas, presidente da Comunidade Intermuncipal do Médio Tejo, já completou quase dois anos à frente dos destinos e desafios desta CIM. Considera ser uma experiência enriquecedora e que o futuro passa pela intermunicipalidade e por todos os cidadãos do Médio Tejo.

Médio Tejo, uma região cheia de potencial! Como tem sido a experiência de liderar a entidade que congrega todos os municípios em torno desta máxima?
Tem sido uma experiência enriquecedora. O Médio Tejo é constituído por 13 municípios, com 13 realidades completamente diferentes, logo, o desafio é tentar encontrar pontes e ligações entre os municípios, para que possamos convergir em torno do mesmo objetivo. As Comunidades Intermunicipais são lideradas pelos presidentes de câmara, que vão a eleições nos seus territórios e, é por isso, que grande parte da população não consegue perceber o que é a CIM e a importância dos projetos intermunicipais.
Esse é um caminho que temos percorrido, uma vez que, há projetos intermunicipais que conferem grande importância para vários concelhos e para a região no seu todo.
O desafio está na criação de pontes e de interesses comuns. Quando estamos na CIM do Médio Tejo temos de subir um patamar no sentido de deixarmos de estar centrados no nosso concelho para termos uma visão regional.
Qual a importância da CIM do Médio Tejo? Para quem não conhece, qual é a forma mais simples de explicar o que é uma CIM e o que faz?
A melhor forma de explicar é falarmos dos projetos que têm interesse intermunicipal e que devem ser trabalhados ao nível da região.
Portugal está dividido administrativamente, mas há projetos em que não faz sentido serem trabalhados somente para uma freguesia ou para um concelho. A rede de transportes é um bom exemplo. Esta é uma área que faz todo o sentido estar adstrita a uma entidade supramunicipal, pois a sua operacionalização deve funcionar para toda uma região e não somente para uma freguesia, ou para um concelho.

"AQUILO QUE NOS FALTA SÃO, ESSENCIALMENTE, DUAS COISAS PARA QUALIFICAR AINDA MAIS O NOSSO TERRITÓRIO: UMA MELHOR MOBILIDADE E COBERTURA DE REDE"

A constituição das CIM´s também permitiu que houvessem instrumentos de gestão de fundos comunitários. Há projetos para a esfera municipal, mas há projetos para a esfera intermunicipal. Portanto, quem gere esses fundos são as CIM`s. Todos nós estamos a gerir dinheiros públicos e todos nós trabalhamos para as populações e, portanto, quando se sobe a uma esfera mais superior, sem se perder a realidade do que é o território, conseguimos gerir melhor aquilo que são os recursos públicos.
Temos obrigação de olhar para um território mais alargado e construir instrumentos, sejam eles de mobilidade, sejam eles de turismo, de construir instrumentos que nos permitam valorizar esta região mais alargada.
A importância da CIM centra-se na possibilidade em gerir essas áreas, esses projetos, que importam a todo um território e uma comunidade conjunta.

No seu entendimento, quais os projetos âncoras da CIM do Médio Tejo?
A questão da mobilidade é muito importante. Temos territórios de baixa densidade, com populações muito envelhecidas e uma rede de transportes deficitária. O projeto do Transporte a Pedido é muito importante para este tipo de territórios e deverá ser um projeto a manter, complementado por tudo o que estamos a fazer ao nível da reorganização da rede de transportes.
A dinamização turística também deve ser tratada no âmbito intermunicipal. Se nós temos duas portas de entrada na região para os turistas que é Tomar e Fátima faz todo sentido que tenhamos mecanismos que permitam drenar os turistas pela restante região e para isso temos de trabalhar em conjunto.

"QUANDO ESTAMOS NA CIM DO MÉDIO TEJO TEMOS DE SUBIR UM PATAMAR NO SENTIDO DE DEIXARMOS DE ESTAR CENTRADOS NO NOSSO CONCELHO PARA TERMOS UMA VISÃO REGIONAL"

Quais são as causas que a CIM do Médio Tejo está empenhada em levar por diante?
Temos muito mais força quando apresentamos uma posição conjunta, que provém de 13 territórios porque entendemos que em muitas situações o que é bom para um, será bom para os restantes.
Nós temos grandes potencialidades para desenvolver na área logística, sobretudo em concelhos como Alcanena (a conhecida porta norte de Lisboa) Torres Novas e Entroncamento. Tomámos uma decisão pública, abrindo portas a um possível investidor para que possa vir para aquela zona.
Temos de assumir uma atitude atrativa ao investimento e não podemos estar, simplesmente, à espera. É crucial sermos proactivos, dando confiança a quem anda à procura de locais para se sediar e criar valor. Dá muito mais conforto a um possível investidor ter um conjunto de 13 municípios interessados na captação do seu investimento, do que ter somente um município a dizê-lo. Outra causa dos 13 autarcas, é Tancos. Entendemos que aquela infraestrutura deve ser reaproveitada cujo investimento público será menor para transformá-la para a aviação civil, de modo a operar em dois âmbitos: por uma questão logística e, mais tarde, por uma questão turística, sobretudo devido a Fátima.
Não estamos contra a solução a, b ou c. Simplesmente, temos aquela infraestrutura e estamos preocupados com o futuro da mesma. Queremos manter os militares no nosso território devido a todo um legado que temos nesta área, mas também, queremos utilizar melhor aquelas infraestruturas.

Trabalhar no âmbito da intermunicipalidade é ainda um desafio por conquistar ou já conquistado?
Está sempre por conquistar, mas é incontornável porque o futuro passa por aqui. Cada vez mais, haverão projetos supramunicipais e é necessário olhar para o território de forma mais alargada.

Muitas ações foram tomadas pelos municípios, através desta CIM, devido ao vírus COVID-19. Como foi lidar com a presença deste novo vírus e o que é que ainda está pensado?
A CIM do Médio Tejo teve um papel fundamental na pandemia para os 13 municípios através da aquisição dos equipamentos de proteção individual e das máscaras de proteção reutilizáveis. Uma das nossas primeiras ações foi também o acolhimento do pessoal médico e de enfermagem em três unidades hoteleiras da região, em Abrantes, Tomar e Torres Novas. Outra medida foi a aquisição de 750 portáteis para corresponder aos alunos que não dispunham destes equipamentos, ajudando as famílias, entre outras. A nossa prioridade passou também por constituir uma reserva estratégica para que em caso de necessidade tivéssemos materiais (máscaras, fatos de proteção, etc) disponíveis para as nossas populações.

Existe o Conselho Intermunicipal que tem o dever de decidir as questões mais preponderantes da CIM do Médio Tejo. Qual a importância deste órgão? E como tem corrido o trabalho entre os 13 autarcas?
Em comparação com as Câmaras Municipais, o Conselho Intermunicipal (CI) funciona como as reuniões de câmara, ou seja, o CI é um órgão executivo, que define e delibera sobre a implementação de estratégias e, depois, compete ao secretário executivo implementá-las.
Também temos a Assembleia Intermunicipal, enquanto órgão deliberativo, que funcionam, numa dinâmica parecida, com as Assembleias Municipais. O CI é composto pelos 13 presidentes de câmara, onde para além de cada da análise aos assuntos do dia a dia, são definidas as estratégias para o território e a aferição do grau da implementação da estratégia definida.
Neste momento, estamos a começar a preparar um próximo quadro de apoio 2020-2030 e tudo isto é definido naquele órgão.

"TEMOS OBRIGAÇÃO DE OLHAR PARA UM TERRITÓRIO MAIS ALARGADO E CONSTRUIR INSTRUMENTOS"

Porque é que o Médio Tejo é um território apetecível para viver, trabalhar e visitar?
Nós temos tudo! Temos qualidade de vida. Estamos próximos dos grandes centros Lisboa, Porto e Coimbra. Temos todos os graus de ensino e bons cuidados de saúde, sendo estes fatores importantes quando queremos cativar empresas e quadros qualificados. Portanto, aquilo que nos falta são, essencialmente, duas coisas para qualificar ainda mais o nosso território: uma melhor mobilidade e cobertura de rede.
Com o COVID-19, ficámos a perceber que se calhar não precisamos de estar todos no nosso local de trabalho para podermos trabalhar. Possivelmente, teremos pessoas a querer sair dos grandes centros urbanos e a virem com a sua empresa para a nossa região ou trabalhar a partir daqui para os grandes centros. Para que isto aconteça em condições, precisamos de uma boa cobertura de internet, de rede tecnológica, que ainda não dispomos. Esta é uma área que considero que deve ser explorada e trabalhada no seio da nossa CIM. Com os parceiros privados, devemos de demonstrar a importância deste investimento quer para a atração de empresas, como de empresários.

Que mensagem quer deixar aos cidadãos da região?
Gostaria de lhes dizer que dispomos de uma região tão rica e diversa e, portanto, devemos de ser nós, os primeiros a promovê-la. O território é nosso e deve ser apropriado por todos nós. É necessário sentirmos que somos pertença do nosso concelho, da nossa região, de Portugal e da Europa.×

MEIO AMBIENTE

PROJETO HIDROGÉNIO

CIM do Médio Tejo consegue parecer favorável do "Projeto Importante de Interesse Europeu Comum (IPCEI) Hidrogénio"

A CIM do Médio Tejo conseguiu um parecer favorável da sua Manifestação Interesse quanto ao "Projeto Importante de Interesse Europeu Comum (IPCEI) Hidrogénio", no passado dia 27 de julho.

Em 2018, a CIM do Médio Tejo constituiu-se como uma região pioneira nas questões do hidrogénio. Neste sentido, tem trabalhado com um conjunto de parceiros e entidades diversas de modo a dar passos significativos para a evolução desta nova forma de energia a implementar na região.

Neste âmbito, foi constituído um grupo de trabalho com especialistas e entidades relevantes em articulação com vários parceiros, no qual se inclui a CIM do Médio Tejo, o Instituto Politécnico de Tomar, o Instituto Politécnico de Portalegre, a IrRADIARE – Science for Evolution, a Médiotejo21 – Agência Regional de Energia e Ambiente do Médio Tejo e Pinhal Interior Sul, a Tejo Energia, a CaetanoBus, a Smartenergy e a TagusGás.

Respondendo ao despacho, publicado a 17 de junho, pelos Gabinetes do Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros e dos Ministros da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e do Ambiente e da Ação Climática, a CIM do Médio Tejo conseguiu um parecer favorável quanto ao seu projeto de Hidrogénio, que contou com cartas de expressão de interesse da Tejo Energia, da TagusGás e da CaetanoBus.

Este projeto vai incidir em diversos âmbitos, nomeadamente, ao nível dos transportes públicos rodoviários, na promoção da mobilidade suave e cicloturismo.

Na sua globalidade, o projeto apresentado compõe a Cadeia de Valor Regional de Hidrogénio, nas componentes de produção, distribuição, armazenamento, abastecimento e consumo final, bem como a componente da inovação e conhecimento. Conscientes que a posição geoestratégica da região do Médio Tejo, no centro de Portugal, projeta o território como promotor de impactos transversais para todo o país, nomeadamente na promoção da competitividade regional e para a disseminação das boas práticas, a CIM do Médio Tejo, com os parceiros mencionados, estão empenhados em criar um ecossistema regional de inovação em termos do hidrogénio com potencial para servir o interior do país. No passado dia 23 de novembro, o Médio Tejo associou-se à Semana Europeia do Hidrogénio com várias ações.

Em junho de 2020, a região do Médio Tejo foi selecionada juntamente com 11 outras Regiões Europeias, para integrar o PDA – Project Development Assistance. Este programa tem como objetivo apoiar regiões no desenvolvimento de projetos, atribuindo a estas, Empresas Consultoras com experiência e conhecimento, na área de planeamento e desenvolvimento de projetos no âmbito do hidrogénio

- Promover a integração, demonstração e desenvolvimento de tecnologias do hidrogénio para aplicações em transportes e estacionárias na região do Médio Tejo.
- Aumentar a sustentabilidade energética dos transportes na região do Médio Tejo através da promoção de modos de transporte suaves e da promoção do hidrogénio como fonte de energia alternativa aos combustíveis fósseis.
- Aumentar a sustentabilidade energética dos transportes na região do Médio Tejo através da implementação de transportes públicos interurbanos de passageiros e da promoção do hidrogénio como fonte de energia alternativa aos combustíveis fósseis.
- Aumentar a eficiência energética global dos edifícios através de micro-cogeração com células de combustível para suprimir as necessidades de calor e eletricidade em edifícios.×

MEIO DE PREVENÇÃO

BRIGADAS DE SAPADORES DA CIM DO MÉDIO TEJO ESTÃO AO SERVIÇO DA REGIÃO

‘O Sapador é muito importante para a floresta!’

A afirmação é de Filomena Lopes, de Constância, sapadora florestal de uma das brigadas de sapadores da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

Foi em Moitas Venda, no concelho de Alcanena, que acompanhámos uma manhã de trabalho, com uma das brigadas de sapadores da CIM do Médio Tejo. No local, encontrámos uma equipa dedicada, atenta aos pormenores daquela zona de mato e muito articulada entre si.

Atualmente, a CIM do Médio Tejo dispõe de duas brigadas operacionais de sapadores florestais. Cada brigada é constituída por 3 equipas, com 5 elementos cada. Dentro das equipas, existe um coordenador. Nuno Catarrinho, de Concavada, é um desses coordenadores. O sapador explica que o dia a dia é muito dedicado aos trabalhos de silvicultura e manutenção dos territórios.

Em Moitas Venda, o trabalho centrou-se na limpeza de um espaço, muito próximo da aldeia, bastante rochoso e com uma vegetação muito densa. “Estamos a fazer uma faixa de proteção à aldeia, para que, em caso de incêndio, os bombeiros possam atuar”, elucida Nuno.

“O trabalho passa por limpar, ficando somente as espécies autóctones, como os medronheiros, oliveiras, pinheiros, azinheira” etc, refere o sapador, dando conta que é com gosto que realiza a tarefa, porque se veem resultados no imediato.

“Olhamos e vemos, simplesmente, uma vegetação ordenada, o que é muito gratificante. Contudo, acaba por ser um trabalho violento e também perigoso”.

Apesar de bem equipados ao nível de maquinaria e fatos de proteção individual, é preciso ter sempre o máximo cuidado, pois haverá “o perigo

de queda, de saltar pedaços de rocha para a cara", entre outros problemas que possam surgir, admite Nuno. Para Filomena Lopes, o trabalho do sapador "é fundamental pela prevenção de incêndios e pela garantia de um ambiente melhor" e começa a ser reconhecido pelas populações. "Notamos que as pessoas têm ficado muito contentes com a nossa passagem pelos territórios e dirigem-se a nós com satisfação", refere.

De modo a que haja uma boa articulação com os municípios e um trabalho diário bem efetuado, Ana Esteves assume essa tarefa no seio da CIM do Médio Tejo, sendo apoiada no terreno por Ana Gomes, engenheira florestal, que coordena as equipas de sapadores.

Explica Ana Gomes, engenheira florestal, que as duas brigadas têm o propósito de assegurar uma "limpeza das matas, não sendo um trabalho de jardinagem, mas sim, um trabalho que se centra na floresta e que prepara o território para o período critico de incêndios".

Em sumula, "o sapador florestal assegura três valências: prevenção, pré-posicionados e combate. Atuam ao nível da rede primária, em locais de muito difícil acesso. Neste trabalho, terá de ser assegurado o distanciamento, previsto na lei, da vegetação em relação às habitações, estradas, etc, havendo
uma limpeza criteriosa dos locais".

No trabalho decorrente do período critico, os sapadores estão aquartelados/ pré-posicionados e são um reforço ao rescaldo e combate, representando uma estrutura mais musculada. Atuam em três equipas sendo integrados nos teatros de operação podendo dar um apoio em permanência alternando os trabalhos entre as duas brigadas de sapadores florestais.

No polo de Abrantes, foi constituído um Centro Operacional de Manutenção, onde os sapadores realizam os trabalhos de manutenção dos equipamentos, que utilizam nas tarefas do dia a dia.

Quanto à distribuição do trabalho, num território imenso e com características muito diferentes, Ana Esteves refere-se à existência "de uma boa articulação e coesão" entre o Executivo, os Gabinetes Técnicos Florestais dos municípios e a CIM do Médio Tejo. "Todo o trabalho é articulado com os Gabinetes Técnicos Florestais, que nos indicam as áreas a limpar e os locais prioritários. Havendo coincidência, num ano atuamos num local, no ano seguinte, atuamos noutro local".

Nos casos de incêndios "a nossa atuação é articulada para além do Coordenador de prevenção estrutural (CPE) e do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), também com o Comandante Operacional Distrital (CODIS) de Santarém".

Ana Esteves reconhece que os sapadores vão encontrando "um território abandonado, que impede o crescimento de umas espécies, em detrimento de outras, onde se desenvolvem espécies invasoras. A nossa função é trabalhar o território fazendo uma seleção das espécies, protegendo as autóctones e cumprindo sempre as regras definidas por lei.

Partilhando da mesma opinião, Ana Gomes, refere que o problema do abandono das florestas deve-se a uma realidade social, que se traduz "na saída dos proprietários destas zonas mais interiores para o litoral do país".

"Os hábitos de ir ao pinhal buscar lenha, pinhas, mato, já não se verificam. Tal como ao nível da agricultura, os hábitos já não são os mesmos, daí a importância destas equipas e do trabalho que fazem".

Para a CIM do Médio Tejo, Miguel Pombeiro, secretário executivo, reconhece que tem sido um desafio muito enriquecedor abraçar esta área da Proteção Civil. "É uma atividade que exige uma grande preparação, quer ao nível dos recursos humanos, da maquinaria existente, dos consumíveis, da articulação com os municípios, com o ICNF e com CDOS de Santarém, mas considero que estamos a fazer um bom trabalho", finaliza.

De referir, que as Brigadas de Sapadores da CIM do Médio Tejo são apoiadas através do Fundo Florestal Permanente e têm como objetivos principais a execução de um trabalho na redução de combustível, na resiliência do território aos incêndios florestais e também, na vertente da vigilância e combate aos incêndios, reforçando a vigilância armada antes e pós-incêndio.×

E A PANDEMIA TOMOU CONTA DE NÓS!

ENTREGA DE MATERIAL DE COMBATE À PANDEMIA

A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo procedeu à aquisição de equipamentos de proteção individual e material diverso, que foram entregues junto dos seus municípios associados.

Num investimento que rondou cerca de 800 mil euros, chegou aos municípios materiais diversos como: testes COVID, máscaras, toucas, fatos de proteção, batas, proteções oculares reutilizáveis, óculos de segurança, luvas, aventais e mangas descartáveis, cobre sapatos, soluções alcoólicas para desinfeção de mãos, entre outros.

A CIM do Médio Tejo encetou todos os esforços para garantir às entidades competentes os equipamentos e materiais necessários de combate à pandemia.

PORTÁTEIS PARA AS ESCOLAS

Procedeu-se à distribuição de 750 computadores portáteis aos municípios e Agrupamentos de Escolas da região durante o mês de abril.
Pretenderam os Municípios e a CIM do Médio Tejo garantir um contributo importante aos Agrupamentos de Escolas, especialmente, num contexto de emergência nacional devido à pandemia COVID-19, que levou ao encerramento das escolas.

Verificou-se a necessidade de disponibilizar recursos tecnológicos, de modo a salvaguardar que os alunos mais desfavorecidos e que não disponham de recursos tecnológicos adequados ao ensino à distância, tivessem acesso a todas as ferramentas necessárias.
A iniciativa surgiu integrada no PEDIME-Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal da Educação no Médio Tejo, que contempla o programa intermunicipal "Miúdos Digitais", com o objetivo de proporcionar aos alunos do pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico um primeiro contacto com os suportes digitais.

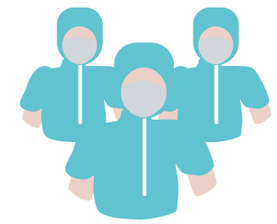
No início deste ano letivo, já tinham sido disponibilizados cerca de 700 tablets no âmbito deste projeto e desta ambição, totalizando assim cerca de 1450 equipamentos ao serviço da educação.

"MIÚDOS DIGITAIS" PARA TODOS OS AGRUPAMENTOS

A Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo disponibilizou o acesso à Plataforma "Miúdos Digitais" a toda a comunidade educativa da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico dos Agrupamentos de Escolas do Médio Tejo.

Para a Educação Pré-Escolar, a Plataforma Miúdos Digitais incluiu a Coleção Bia e Kiko (português, matemática, mundo e inglês) e a Biblioteca do Gigante. Com esta coleção as crianças tiveram uma oportunidade de se expressarem através da música e dos gestos, saltar, rodopiar, rir, cantar e brincar.
Já para o 1º Ciclo do Ensino Básico estiveram disponíveis jogos, centenas de atividades multimédia e desafios dinâmicos, interativos e lúdicos, relacionados com as temáticas de Educação para a Cidadania e Conteúdos Curriculares, através dos quais os alunos, ao seu ritmo, puderam aprender, rever e consolidar as aprendizagens.

O projeto pretendeu promover e desenvolver conhecimentos, competências e valores, que ajudaram as crianças a desempenhar um papel ativo na comunidade, preparando-as para os desafios da sociedade atual.



ACOLHIMENTO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE

O Conselho Intermunicipal da CIM do Médio Tejo aprovou apoiar o Centro Hospitalar do Médio Tejo (CHMT) com o acolhimento de profissionais de saúde, que estiveram na região a prestar cuidados de saúde.

Os profissionais, entre os quais: médicos, enfermeiros e técnicos de diagnóstico e de terapêuticas das diferentes especialidades assistenciais, permaneceram nas três unidades do CHMT (Abrantes, Tomar e Torres Novas).
A pertinência deste alojamento, que foi assegurado em quatro unidades hoteleiras de Abrantes, Sardoal, Tomar e Torres Novas, revestiu-se de grande importância pelos longos períodos de horários de trabalho a que estes profissionais ficaram sujeitos.

Como também, para aqueles profissionais que não regressaram ao domicílio por uma questão profilática em relação aos respetivos agregados familiares.

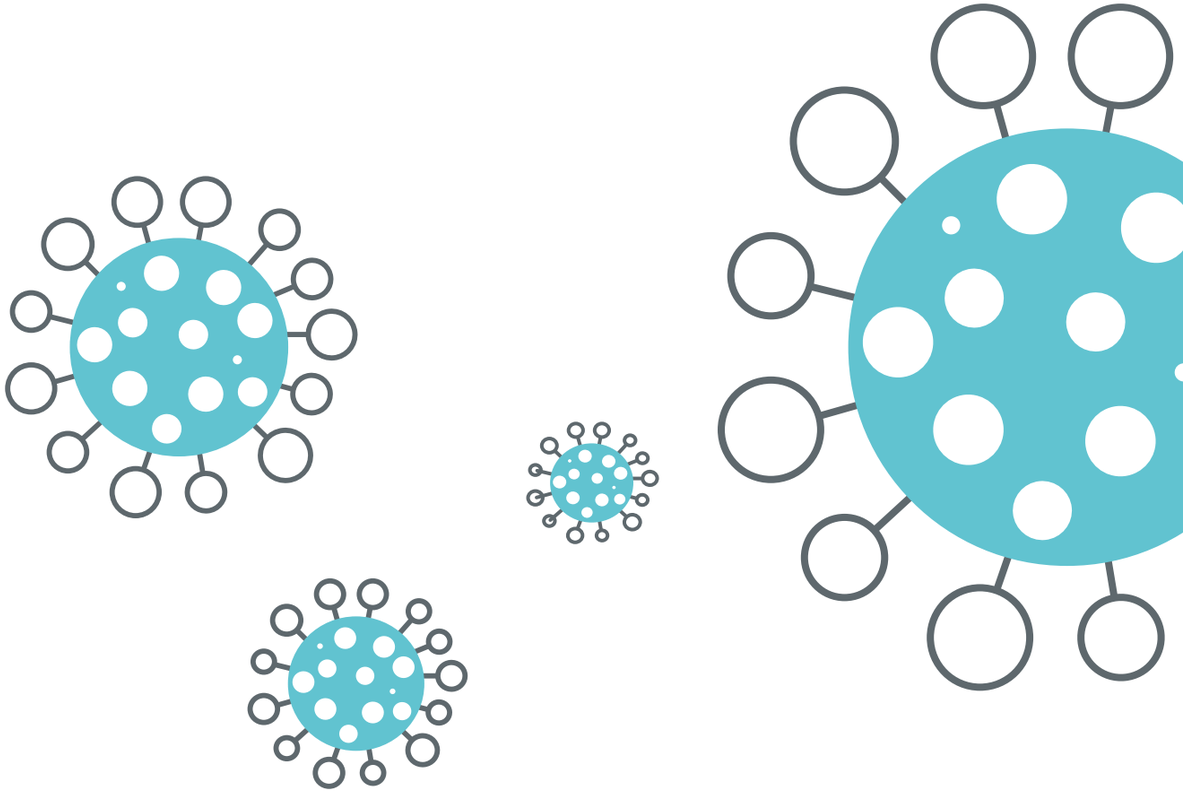
FORMAR FOI PRECISO

Numa parceria com o Centro Hospitalar do Médio Tejo, a CIM do Médio Tejo promoveu junto dos seus municípios a realização de ações de formação destinadas aos seus Assistentes Operacionais. Contando com um conjunto significativo de formandos, as ações de formação decorreram sobre diversos temas, entre os quais: Noção de atividades de vida, quais as atividades de vida alertadas no idoso e graus de dependência; Fardamento, Apresentação Privacidade Ambiente físico, Higienização de espaços/ Prevenção de quedas e de Lesões Por Pressão. Prestação de cuidados de higiene e conforto. Integridade da pele;
Utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) – Colocação e correta remoção; Breves noções de despiste de AVC, HTA e Diabetes. Noção Breve de COVID19 Avaliação de Glicémias e pressão arterial e temperatura corporal - valores de referência, etc. ×

ENTREGA DE MÁSCARAS

Os 13 municípios do Médio Tejo distribuíram cerca de 204 mil máscaras comunitárias reutilizáveis pelas populações, num investimento na ordem dos 375 mil euros e que visou travar a propagação do novo coronavírus.

Meses mais tarde, no arranque da fase crítica de incêndios, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e os seus municípios procederam também à aquisição de máscaras de proteção respiratória para os operacionais dos bombeiros.
Foram adquiridas cerca de 880 máscaras de proteção respiratória para incêndios florestais, que tiveram como objetivo ser um complemento aos equipamentos de proteção individuais utilizados pelos operacionais, permitindo uma dupla função: a proteção de queimaduras e fumos, mas também, a redução do risco de infeção pelo coronavírus COVID-19.



TESTES COVID-19

A CIM do Médio Tejo, em parceria com os Agrupamentos de Centros de Saúde do Médio Tejo e do Pinhal Interior Sul e o Centro Hospitalar do Médio Tejo, deram início no mês de abril de 2020 à realização de testes junto dos profissionais de lares, bombeiros e forças de segurança. Esta contratação de testes tem vindo a ser feita em regime de fornecimento contínuo à Faculdade de Farmácia de Lisboa.

Em paralelo, foram também testados os colaboradores das 13 autarquias que numa primeira fase estavam em contato direto com o público.

Apesar de numa primeira fase apenas só terem sido testados os colaboradores que diretamente se encontravam neste atendimento específico, considerou-se fundamental também que todos os outros colaboradores o deveriam fazer.
Foram assim efetuadas duas rondas de testes COVID-19 que terminaram no passado dia 16 de julho de 2020 em Mação, totalizando cerca de 3.500 testes.

Felizmente, os resultados foram todos negativos! Os autarcas estão unidos no combate a esta epidemia mantendo o seu apelo junto de todos os cidadãos para que cumpram todas as orientações que são transmitidas pelas entidades competentes.×

CASTELO DO BODE A TENTAÇÃO DE EXPERIMENTAR O PRAZER DE USUFRUIR

A tentação de experimentar, o prazer de usufruir, o sentimento de lazer e bem-estar. Na essência é o que a Albufeira de Castelo do Bode nos confere.

A sua imensidão, imponência e incontornável beleza natural, fazem dela um dos mais importantes elementos identitários e ativos da região do Médio Tejo. Por essa razão, desde há alguns anos que a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em estreita parceria e articulação com os seus municípios associados, tem procurado dinamizar este lago natural. Das diversas vertentes que têm sido trabalhadas, o foco tem estado centrado na sua dinamização turística.

Reconhecendo o grande potencial desta Albufeira, a Comunidade Intermunicipal pretende colaborar com o setor privado e com ele alavancar este recurso natural com condições excecionais para a prática de desportos náuticos. Para isso, o trabalho neste âmbito começou em 2014, tendo sido em 2015 que se deu um importante passo assente num conceito inovador: criar a primeira Estância de wakeboard do mundo. Desta ambição fizeram parte 5 municípios fundadores: Abrantes, Ferreira do Zêzere, Tomar, Sertã e Vila de Rei. Este projeto de cariz intermunicipal pretendeu assim dotar o Médio Tejo de uma oferta diferenciada através da aquisição e instalação de cinco cable parks que vieram garantir dinamismo e conferir um conjunto de novas oportunidades a cinco praias fluviais da nossa região: Aldeia do Mato (Abrantes); Lago Azul (Ferreira do Zêzere); Montes (Tomar); Trízio (Sertã) e Fernandaires (Vila de Rei).

Para além da importância da obra física, os cable parks provocaram a curiosidade por uma modalidade pouco conhecida no país, o wakeboard. Trouxeram vitalidade a estes espaços e começaram a trazer à região os amantes e praticantes da modalidade, que descobriram

em Castelo do Bode todas as condições para a prática de um conceito de wakeboard mais acessível e mais sustentável.

O ano de 2015 foi igualmente marcante pela realização do Campeonato do Mundo de Wakeboard no Médio Tejo, que decorreu no Lago Azul, de 16 a 19 de setembro, tendo sido a primeira vez que este evento saiu dos Estados Unidos para a Europa, cabendo a esta região receber o maior e mais prestigiado evento de wakeboard mundial.
Naquela altura, davam-se os primeiros passos na estruturação do produto turístico "Castelo do Bode", tendo a Comunidade Intermunicipal apostado numa estratégia de comunicação e marketing no âmbito do Campeonato do Mundo de Wakeboard, alicerçada no conceito Intermunicipal, com a mensagem de que as atividades eram uma iniciativa comum e partilhada pelos municípios parceiros. O objetivo era divulgar e posicionar o projeto nos principais forúns da especialidade, nos orgãos de comunicação social e junto do público, que ficou a conhecer o wakeboard e os cinco cable parks instalados.

NO ANO 2016

O ano seguinte fica marcado de forma especial pela inauguração da primeira Estância de Wakeboard do mundo, em junho de 2016.
O investimento veio reforçar o potencial turístico da região, colocando-a "oficialmente no mapa da comunidade de 'Wakeboard' em todo o mundo", foi o que realçou André Matos, presidente, à data, da Associação Portuguesa de Wakeboard e Wakeskate.

Por sua vez, em 2016, e na qualidade de presidente da CIM do Médio Tejo, Maria do Céu Albuquerque, descreveu o projeto como "uma mais-valia pelo enorme potencial que representava em termos turísticos e económicos", tendo acrescentado que se tratava de um projeto diferenciador, inserido numa estratégia de desenvolvimento de um turismo ao nível dos rios e da natureza e que valorizava o grande ativo que é a Albufeira de Castelo do Bode.

A aposta na comunicação deste produto turístico continuou e, de 21 a 29 de janeiro de 2017, a CIM do Médio Tejo marcou presença na Feira Boot Düsseldorf, na Alemanha, a maior feira mundial dedicada ao turismo e desportos náuticos. Nesta feira o objetivo foi promover o Médio Tejo como destino de turismo náutico, bem como promover a modalidade e dar a conhecer a oferta que a região já dispunha para a prática de wakeboard.
No ano seguinte, consciente do forte potencial turístico que estava a crescer em Castelo do Bode, e em concreto nas praias fluviais onde os cable parks estavam instalados, a CIM do Médio Tejo implementou um conjunto significativo de iniciativas promocionais que incentivaram à experimentação gratuita da modalidade. A missão foi chegar ao cidadão comum, dos mais novos aos mais velhos. Sob o mote "Castelo de Board" chegou em força uma campanha assente na oferta ao público de uma agenda de experiências náuticas gratuitas, disponíveis de junho a setembro de 2018, campanha essa implementada também em 2019, ambas em parceria com a Associação Portuguesa de Wakeboard e Wakeskate e a Associação de Empresários de Turismo do Castelo do Bode, de modo a captar a atenção das populações locais e também a atrair mais turistas e potenciais praticantes.

O objetivo era incentivar a permanência na região, onde a animação e as atividades náuticas fossem as palavras de ordem. Nestas campanhas os Open Days e Welcome to Castelo Bode deram a oportunidade de experimentar gratuitamente wakeboard, canoagem, SUP – stand up paddle, ski-náutico, wakesurf, passeios de barco, entre outras atividades.
A aposta esteve também centrada na estratégia de comunicação na qual, através de uma campanha nacional e regional, se promoveu o destino "Castelo do Bode" como um destino de excelência para as atividades náuticas, para momentos de lazer e de bem-estar, numa animação permanente.

MAIS DE 70 PARCEIROS EM TORNO DE CASTELO DO BODE

O ano de 2018 fica também marcado por mais uma iniciativa com vista à dinamização turística da Albufeira através da constituição da Estação Náutica de Castelo do Bode, que se materializa enquanto rede da oferta turística náutica de qualidade, organizada a partir da valorização integrada dos recursos náuticos presentes neste território.
Esta Estação Náutica nasce de uma candidatura apresentada pela CIM do Médio Tejo, em junho de 2018, com vista à criação, desenvolvimento e certificação da Estação Náutica de Castelo do Bode (ENCB), que envolveu logo no seu arranque 72 parceiros.
Para além desta Comunidade Intermunicipal e dos municípios de Abrantes, Ferreira do Zêzere, Tomar, Sertã e Vila de Rei, integraram o Conselho Náutico parceiros institucionais e privados, como empresas e associações de dinamização turística unidades de alojamento, restaurantes, agências de viagens, unidades de comércio de produtos locais, associações empresariais e entidades ligadas ao ensino, entre outros.

A ENCB juntou os parceiros desta rede no dia 31 de outubro de 2018, no barco São Cristóvão, em Ferreira do Zêzere, onde se realizou a primeira reunião do Conselho Náutico e a assinatura do Protocolo de Colaboração entre os parceiros aderentes. Este dia ficou marcado pelo arranque do trabalho conjunto visando posicionar Castelo do Bode como o centro das atividades náuticas no Centro de Portugal, confiantes de que este processo de cooperação irá potenciar a dinamização de atividades económicas ligadas à Albufeira, com elevados padrões de qualidade e integração. Tem sido neste foco que a CIM do Médio Tejo tem trabalhado em conjunto com os cerca de 77 parceiros que hoje a ENCB já reúne.

Para Miguel Pombeiro, secretário executivo da CIM do Médio Tejo, "este projeto visa juntar na mesma plataforma todos os parceiros onde a atividade náutica é relevante, e criar valor acrescentado para a região".

E é assim, com os olhos postos no futuro, que esta Comunidade Intermunicipal pretende continuar a dinamizar os investimentos realizados na Albufeira de Castelo do Bode, especialmente através de uma promoção ativa que valorize os excecionais recursos que o Médio Tejo possui para a prática de desportos náuticos, bem como a impulsionar a rede já criada com os diversos parceiros do território, com vista ao desenvolvimento da região. Todo o projeto tem sido coordenado com a Turismo do Centro, contando com o cofinanciamento do Centro2020.

ESTAÇÃO NÁUTICA DE CASTELO DO BODE NO SITE NAUTICAL PORTUGAL

A Fórum Oceano – Associação da Economia do Mar lançou, no dia 20 de julho, o Portal da Rede das Estações Náuticas de Portugal (ENP) – www.nauticalportugal.com. Neste novo portal encontra-se a Estação Náutica de Castelo do Bode (ENCB), da região do Médio Tejo.
O Portal apresenta-se como uma plataforma que disponibiliza, de forma intuitiva e acessível (nível AAA da versão WCAG 2.0), informação sobre as 23 Estações Náuticas certificadas e a oferta turística assegurada pelos respetivos parceiros (mais de 850, dos quais 60% são empresas), constituindo-se como uma "Rota do Náutico", que percorre todo o território continental.

Os conteúdos, as fotografias e os vídeos disponibilizados, convidam os visitantes do Portal a uma expedição pelas atividades náuticas que se praticam em cada uma das Estações Náuticas, bem como a navegar pelos serviços e produtos complementares, como gastronomia, alojamento, oferta cultural, pontos de interesse turístico, entre outros. Além da pesquisa é ainda possível realizar pré-reservas, através do contacto direto com os parceiros de cada uma das ENP.

No caso da ENCB, é possível encontrar os mais de 70 parceiros que integram a Estação Náutica, que estão associados às áreas da náutica, hoteleira, restauração, entre outras. Como também, é possível ficar a conhecer, um pouco melhor, a Albufeira de Castelo do Bode e a sua grande potencialidade turística, bem como a região do Médio Tejo.

Para os amantes da náutica, o Portal da Rede das Estações Náuticas de Portugal será um spot obrigatório, esperando-se visitas de todos quantos queiram mergulhar no potencial do território nacional.×

MÉDIO TEJO APOSTA NA CRIAÇÃO DE UMA ROTA TEMPLÁRIA

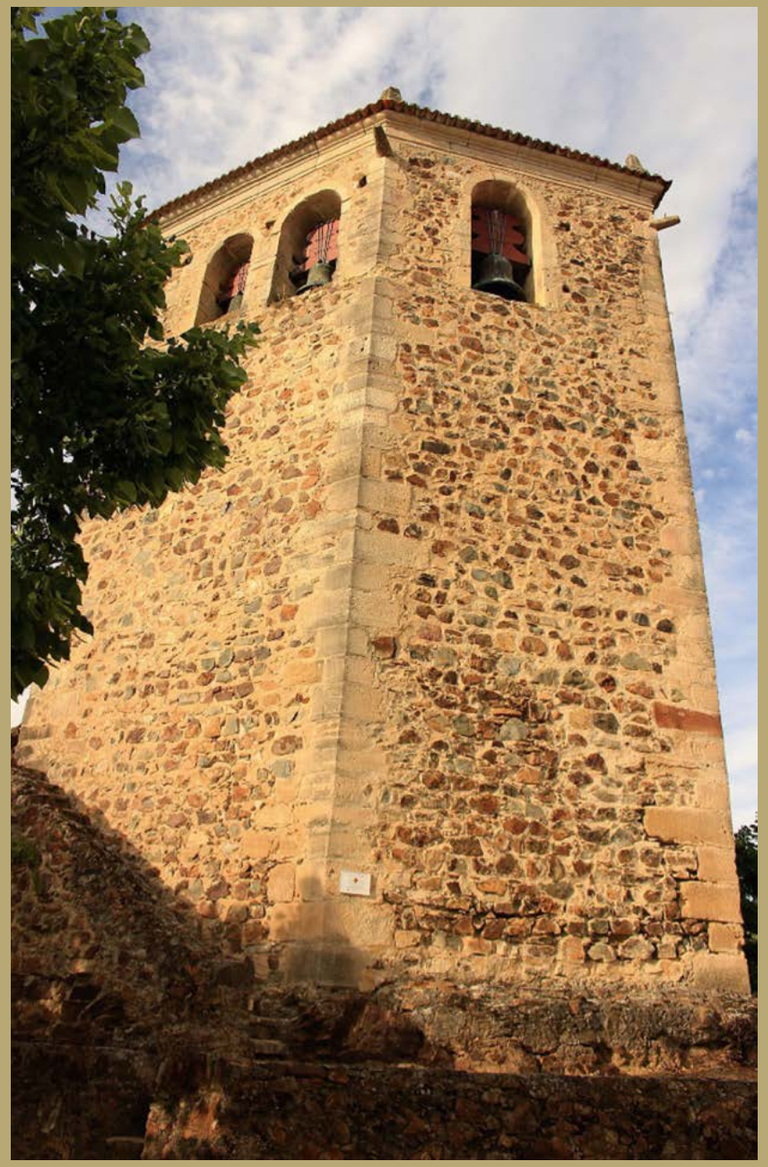
A herança templária está bem presente no território do Médio Tejo e a sua história precisa de ser contada. Nos dias que correm, e porque assistimos a cada vez mais turistas ansiosos por experiências únicas, é importante que esta história chegue ao público de forma inovadora e atrativa. É com este mote que a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo pretende criar, juntamente com os seus municípios, a Rota dos Templários no Médio Tejo.

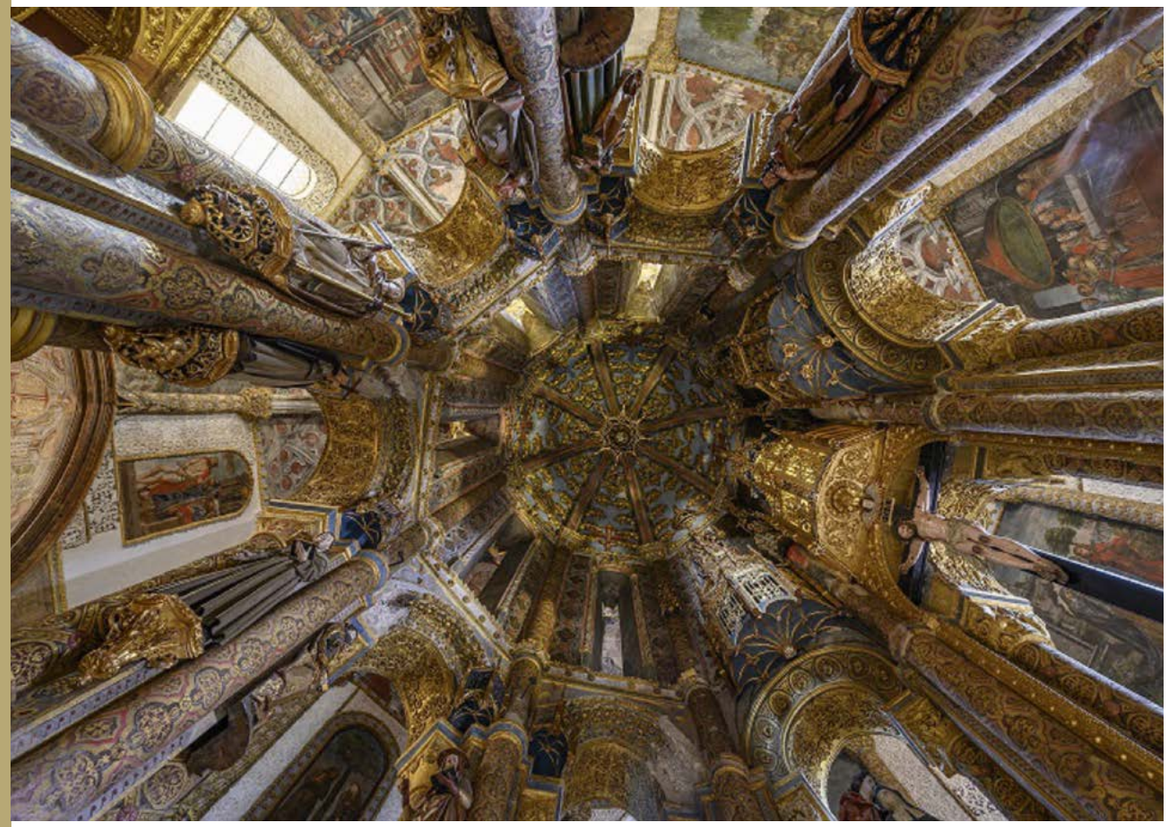
O projeto prevê a criação de uma rota ancorada na temática templária e tem como parceiros nucleares os municípios de Ferreira do Zêzere, Tomar e Vila Nova da Barquinha.

Contudo, para além destes três municípios, esta roteirização do território vai também abranger os municípios de Abrantes, Ourém, Torres Novas e Sertã, referenciados pela Associação Nacional do Turismo Militar com base na sua importância histórica, cultural e militar.

Com esta Rota a Comunidade Intermunicipal pretende alargar a oferta turística no território e criar argumentos através da estruturação deste produto, com o objetivo de, não só, criar valor acrescentado de forma a contribuir para o aumento da estada média mas também, aumentar a atratividade do Médio Tejo na resposta aos novos tipos de procura gerados durante a pandemia, com tendências a revelarem-se cada vez mais conscientes e com desejo de locais próximos da natureza e com menor densidade populacional.

Para a estruturação desta rota, a CIM do Médio Tejo adjudicou em 2020 a prestação de serviços de consultoria especializada para apoio ao estudo, conceito e estruturação da Rota





dos Templários no Médio Tejo, estando já em curso os trabalhos que se destinam à produção de conteúdos para as diversas ferramentas de comunicação e de apoio à visitação da rota. Pretende-se que esta rota se assuma como um novo produto turístico de valorização da presença dos templários na região e em Portugal, com recurso também a ferramentas tecnológicas, que melhorem a experiência de visitação, bem como através de ferramentas de comunicação offline e online que vão promover esta herança e a região junto do visitante e do turista.

Esta rota resulta da candidatura da CIM Médio Tejo aprovada na Linha de Apoio à Valorização Turística do Interior do Turismo de Portugal. Anabela Freitas, presidente da CIM do Médio Tejo, considera que através desta rota será possível "valorizar o território, conservar e usufruir do património histórico-cultural e impulsionar a economia local". Mais acrescenta que será possível "promover o turismo para todos numa ótica inclusiva, acolhendo diferentes mercados e segmentos turísticos e onde o trabalho em rede e a promoção conjunta entre os municípios do Médio Tejo será uma constante".×

MEIO DE PREVENÇÃO

SEMINÁRIO SOBRE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA RESULTA EM DIA DE PARTILHA E DE CONSCIENCIALIZAÇÃO

Um dia de emoções, partilha de experiências e de conhecimentos para o combate à violência doméstica foi o resultado do dia 15 de outubro de 2020, no Centro Cultural Elvino Pereira, em Mação.

Chamou-se "Reflexões sobre o fenómeno da violência doméstica" e tratou-se de um seminário levado a cabo pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo e pelos seus municípios.

Com um programa rico em comunicações e em momentos, o destaque foi para o primeiro momento, que não deixou ninguém indiferente.

As técnicas do município de Mação num momento teatralizado retrataram o que é o dia a dia de muitas mulheres, que sofrem de violência doméstica e atrás de um pano onde apenas se viam sombras, ouviu-se a palavra "basta" e foi esta a palavra que deu mote e entusiasmou ao conjunto de intervenções que se seguiram.

O primeiro a usar da palavra foi Vasco Estrela, presidente da Câmara Municipal de Mação e Vice-presidente do Conselho Intermunicipal da CIM do Médio Tejo, que afirmou que se esperava "um dia importante para Mação, para a região e para o país" pois, iria "ser debatida uma temática que está sempre na ordem do dia".

Também, Anabela Freitas, presidente da CIM do Médio Tejo, exaltou este projeto, dando conta que o mesmo, tem permitido criar "estruturas de apoio às pessoas que são vitimas de violência doméstica e de género", realçando o trabalho de capacitação às técnicas/os dos municípios para que estes possam fazer um atendimento devido a quem mais precisa.

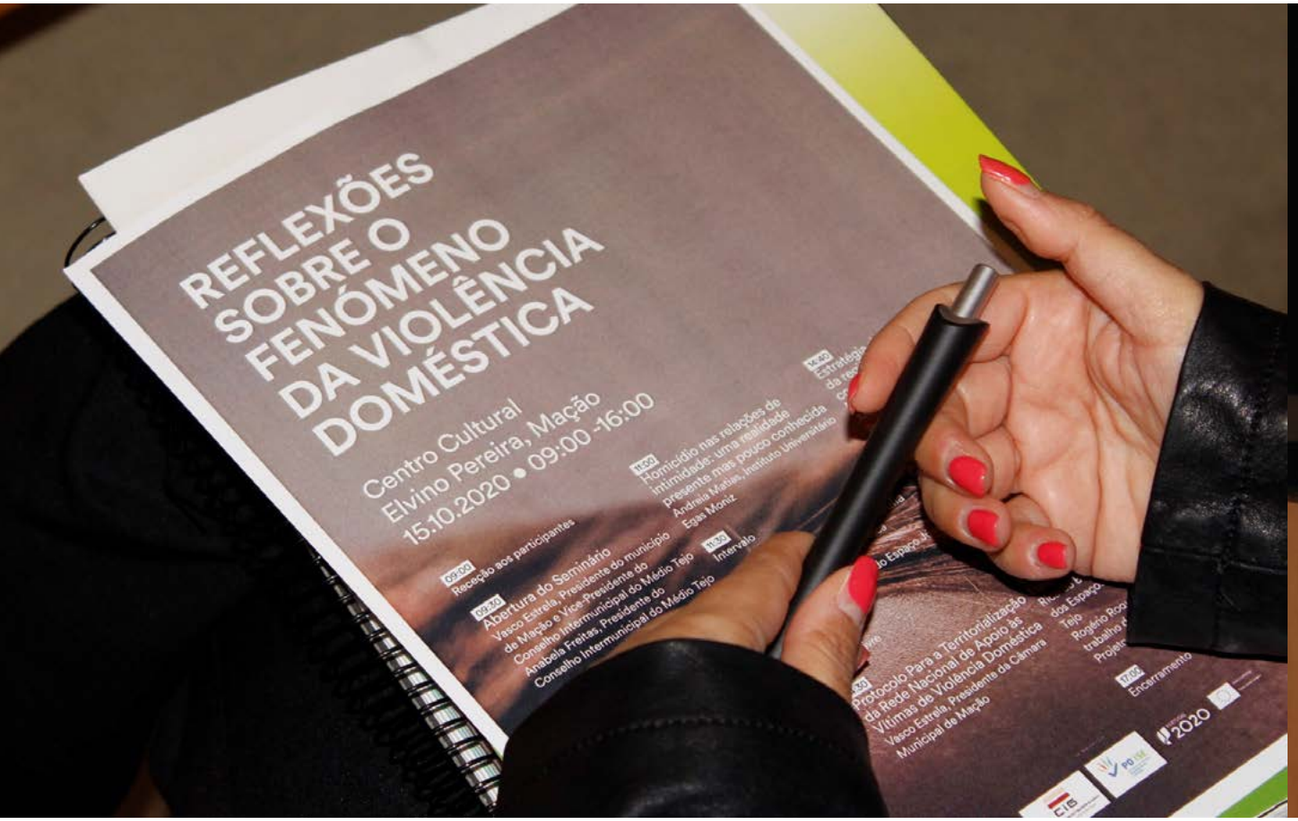
A presidente da CIM do Médio Tejo salientou que o Médio Tejo desde há muito tempo que está "alerta para este tipo de questões" e "este seminário é muito importante para relembrar um assunto que está um pouco esquecido".

Após as intervenções de boas vindas, foi a vez de ouvir comunicações diferentes e bastante enriquecedoras. Sónia Santos, da CIM do Médio Tejo, apresentou o Projeto Maria.

De seguida, marcou presença no Centro Cultural Elvino Pereira, Paulo Guerra, Juiz Desembargador e Diretor-Adjunto do Centro de Estudos Judiciários, com o tema "Os filhos da violência doméstica – as crianças como suas vítimas diretas".

> "Este seminário é muito importante para relembrar um assunto que está um pouco esquecido"

MEIO DE PREVENÇÃO



Por sua vez, Andreia Matias, do Instituto Universitário Egas Moniz, abordou o tema do "Homicídio nas relações de intimidade: uma realidade presente, mas pouco conhecida". E mesmo a terminar a manhã, João Dias, chefe da PSP, e Inês Carrolo, diretora técnica, apresentaram o Espaço Júlia.

O período da tarde foi marcado pela assinatura do Protocolo para a Territorialização da Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica, com a presença da Secretária de Estado para a Cidadania e Igualdade, Rosa Monteiro. Após o ato formal, a secretária de estado exaltou o trabalho da CIM do Médio Tejo "nos domínios da promoção da igualdade entre mulheres e homens", fazendo referência "à troca e partilha de trabalho e experiências entre a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género e a CIM".

O Seminário terminou num momento de conversa com a presença de Ricardo Baúto, que dispõe da supervisão científica dos Espaço M da região do Médio Tejo, Rogério Roque Amaro, que detém a avaliação do trabalho desenvolvido no âmbito do Projeto Maria e Bruna Tapada, da Associação Igualdade.pt.×

"Os filhos da vio lência doméstica – as crianças como suas vítimas diretas"

"Homicídio nas relações de intimidade: uma realidade presente, mas pouco conhecida"

MÉDIO TEJO UMA REGIÃO PARA INVESTIR

EMPREGO E MÃO-DE-OBRA QUALIFICADA

Forte tradição na Indústria Automóvel, Metalúrgica e Metalomecânica, Produção de Energia e Exploração Florestal, Indústria Produtora de Talentos, Agroalimentares, Curtumes e áreas emergentes (cortiça, madeira, azeite, vinho, culturas horto e agroindustriais, etc).

LOCALIZAÇÃO

Centralidade. Ligações rodoferroviárias entre o Litoral e Espanha. Acessibilidade ferroviária à linha do norte e da Beira Baixa.
Acessibilidade rodoviária à A23 com ligação à A1 e à A13.
Aeroporto de Lisboa a 1h, aeroporto do Porto a 2h.
Proximidade ao aeródromo municipal de Ponte de Sor.

O Médio Tejo usufrui de uma posição geográfica privilegiada no território de Portugal Continental pela sua localização central e proximidade à capital administrativa do país, Lisboa (perto de 1h00 de viagem).

Nas imediações da região encontram-se, igualmente, o oceano Atlântico, a fronteira espanhola e a segunda cidade mais importante do país, o Porto, localizados a cerca de 1h, 1h30 e 2h de viagem, respetivamente. Os 3.344 km2 que constituem a área do Médio Tejo distribuem-se por treze municípios, cujos territórios apresentam uma dimensão variável entre os 13,72 km2 do Entroncamento e os 714,69 km2 de Abrantes.

A região congrega zonas industrias com infraestruturas dotadas de todas as condições para atrair pequenas, médias e grandes empresas. A sua centralidade é um factor chave, evidenciado por acessibilidades de excelência.

A região dispõe do Parque Tecnológico do Vale do Tejo, em Abrantes, que entre outras valências, congrega a Oficina de Transferência de Tecnologia e Conhecimento [OTIC.IPT], o Laboratório de Inovação Industrial e Empresarial do Instituto Politécnico de Tomar [LINE. IPT], o Centro de Transferência de Tecnologia Alimentar [INOV'LINEA] e o Laboratório e Ensaios Técnicos e Assessoria [A.LOGOS].

Como também, em Alcanena, o Centro Tecnológico das Industrias do Couro (CTIC). Para além de várias centros e escolas de formação, no Médio Tejo encontra-se a Universidade Aberta, o Instituto Politécnico de Tomar, ao qual pertence a Escola de Tecnologia de Tomar, a Escola de Gestão de Tomar, e a Escola de Tecnologia de Abrantes, que capacitam o território de recursos humanos válidos para as diferentes áreas empresariais.

Presente no território está o Instituto do Emprego e Formação Profissional como um parceiro dos empresários e as associações que trabalham e apoiam diretamente o tecido empresarial – a NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém, a ACISO – Associação Empresarial de Ourém-Fátima, a ACE - Associação Empresarial e Comercial de Abrantes, Constância, Sardoal, Mação e Vila de Rei, a ACIS – Associação Empresarial de Torres Novas, Entroncamento, Alcanena e Golegã e a ACITOFEBA – Associação Comercial e Industrial de Tomar, Ferreira do Zêzere e Vila Nova da Barquinha.
Venha investir no Médio Tejo e fique a conhecer os incentivos de cada Município.

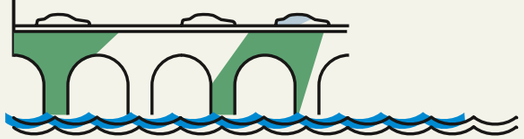
Abrantes

Abrantes Invest, a pensar nos seus negócios! Localizado no centro do país, o Município de Abrantes disponibiliza várias soluções de instalação empresarial. Com três polos industriais adaptados às necessidades das empresas, um Parque Tecnológico, único no Médio Tejo e com Áreas de Regeneração Urbana definidas, Abrantes possui condições de excelência para a instalação dos seus negócios.

O Parque Industrial de Abrantes, com o seu polo junto da A23, e os restantes em Pego e Tramagal corporiza o principal e mais diversificado núcleo económico do concelho, por via do acolhimento de atividades relacionadas com a Indústria Automóvel, a Metalúrgica e Metalomecânica e Produção de Energia.

Inspirado no conceito de parque de ciência e tecnologia, o Parque Tecnológico do Vale do Tejo materializa uma das apostas de maior diferenciação e alcance estratégico da região. Com o objetivo de ampliar a capacidade de inovação e criação de valor na economia local e regional, é um espaço potenciador de Spin-offs e Start-ups, promovendo uma cultura de competitividade e conhecimento.

Para fomentar o investimento e a criação de emprego, o Município de Abrantes disponibiliza um quadro de incentivos de natureza fiscal, tributária e financeira atrativo e diferenciador, que conta com isenção de IMI, IMT e Derrama, comparticipação de arrendamentos de espaços comerciais, disponibilização de parcelas a preço reduzido e comparticipação de salários de empregos qualificados.



INCENTIVOS

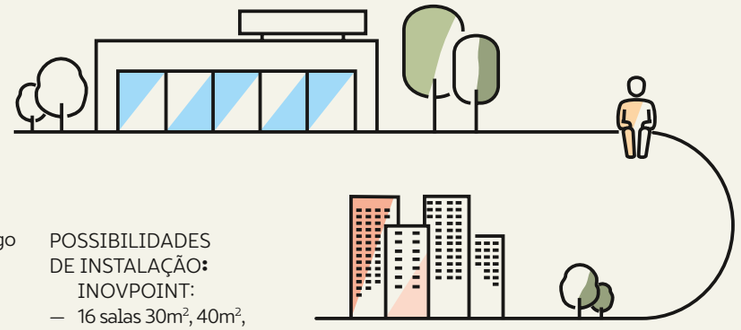
INCENTIVOS APLICÁVEIS A TODO O CONCELHO – TODAS AS ÁREAS DE INVESTIMENTO

Projetos empresariais de Interesse Municipal
COM A CRIAÇÃO LÍQUIDA DE EMPREGO NO CONCELHO DE ABRANTES:
- De um mínimo de 10 postos de trabalho, em instalações especificamente construídas, adquiridas ou arrendadas para esse efeito;
- De um mínimo de 20 postos de trabalho em instalações que já sejam alvo de utilização na laboração corrente da entidade beneficiária.

APOIOS MUNICIPAIS A CONCEDER:
De natureza fiscal e tributária - Isenção:
- IMT - Imóveis especificamente adquiridos para o exercício da atividade constante do projeto empresarial apoiado;
- IMI - Prédios destinados ao exercício da atividade constante do projeto empresarial apoiado (5 anos, passível de renovação);
- Derrama - Empresas sem atividade direta ou indireta no concelho de Abrantes nos últimos três anos económicos (5 anos, passível de renovação);
- Pagamento das taxas municipais devidas pela concretização das operações urbanísticas associadas ao projeto empresarial.

Regulamento de Perequação Urbanística
Para fomento da reabilitação urbana:
- Isenção do encargo urbanístico correspondente a aumento de área construção até 50 m² em obras de ampliação ou reconstrução.

Para fomento da atividade económica em geral:
- Redução em 50% do encargo urbanístico relativo aos respetivos edifícios.



Para fomento do uso do solo rústico:
- Redução em 75% do encargo urbanístico, relativo a edifícios destinados a atividades económicas complementares de exploração agrícola ou florestal existente.

Incentivo Fiscal a micronegócios
ISENÇÃO:
- Derrama para as empresas com volume de negócios não superior a 150 000€.

INCENTIVOS EM VIGOR NAS ZONAS INDUSTRIAIS

Preço de instalação reduzido
- Lote Industrial 1,50 €/m²;
- Lote Comércio e Serviços 5,00 €/m².

INCENTIVOS EM VIGOR NO PARQUE TECNOLÓGICO DO VALE DO TEJO

Incentivo à criação de emprego qualificado no Parque Tecnológico do Vale do Tejo
ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA AO SALÁRIO BASE MENSAL POR UM PRAZO MÁXIMO DE 2 ANOS POR POSTO DE TRABALHO APOIADO:
- 1º ano máximo de 35% do salário base até ao limite de 500 €/mês;
- 2º ano máximo de 35% do salário base até ao limite de 250 €/mês.

POSSIBILIDADES DE INSTALAÇÃO:
INOVPOINT:
- 16 salas 30m², 40m², 60m² e 80m²;
- Densidades de ocupação de 10m² a 2,35m² por posto trabalho;
- 1 espaço de cowork, com 8 postos de trabalho;
- Espaços comuns e serviços partilhados: 3 salas de reuniões, pequeno auditório e sala polivalente, equipada com áudio e vídeo;
- Salas equipadas com mobiliário de escritório;
- Climatização, segurança, higiene e receção;
- Acesso a telecomunicações e internet: fibra óptica de 1 Gbps /200 Mbps; (c/possibilidade de upgrade), redundância com outros operadores com infraestrutura instalada no Parque, Voip 8 canais de voz;
- Preço base 10€/m², atualmente com desconto de 50%, 5€/m².

ACELERADOR DE EMPRESAS:
Parcela disponível com projeto técnico aprovado:
- Área administrativa e funcional em open space;
- Capacidade de utilização para serviços, armazém ou pequena indústria;
- Possibilidade de construção de edifícios com áreas de 300m², 600m² ou 900m².

SERVIÇOS DE APOIO A START-UPS:
- Apoio no desenho do modelo de negócio;
- Acompanhamento na gestão do negócio;
- Divulgação e visibilidade do negócio;
- Apoio na preparação para apresentação do projeto
- Inserção em redes locais, regionais, nacionais e internacionais;
- Apoio no acesso a financiamento (PORTUGAL 2020 e financiamento externo);
- Assessorias jurídica e de comunicação.

INCENTIVOS EM VIGOR NAS ÁREAS DE REGENERAÇÃO URBANA

Programa "+ Comércio no Centro"
- Apoio de 50% do valor da renda até ao limite de €250/mês e pelo período máximo de 12 meses;
- Ou 25% do valor da renda até ao limite de €125/mês

e pelo período máximo de 24 meses.

Incentivo à Reabilitação Urbana

- Isenção de IMT;
- Isenção de IMI (de 5 a 10 anos);
- Redução de IMI em 30% para imóveis em adequado estado de conservação ; (3 anos);
- IVA a 6%;
- Restituição parcial da taxa de avaliação do estado de conservação;
- Dedução à coleta, em sede de IRS, até ao limite de €500, 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação;
- Tributação à taxa autónoma de 5%, sem prejuízo da opção pelo englobamento, de mais valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português, decorrentes da primeira alienação;
- Tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais, sem prejuízo da opção pelo englobamento, inteiramente decorrentes de arrendamento.

Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas

- Empréstimos bancários em condições mais favoráveis face às existentes no mercado, para a reabilitação integral de edifícios, destinados a habitação ou a outras atividades, incluindo as soluções integradas de eficiência energética mais adequadas no âmbito dessa reabilitação.

Serviços de apoio ao investidor

- Apoio personalizado em todas as fases de desenvolvimento de negócio através do "Espaço Empresa" e da Divisão de Desenvolvimento Económico com o: Serviço de Promoção do Investimento; Serviço de Revitalização e Regeneração Urbana.

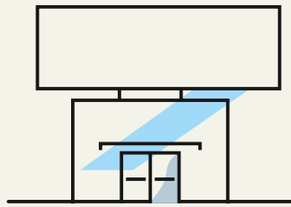
CONTACTOS ÚTEIS

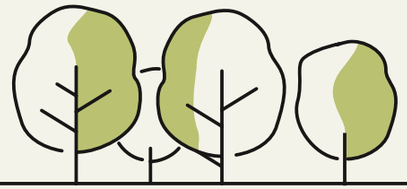
241 330 100
(+ tecla 4 + tecla 1)
966 094 563
investiremabrantes@cm-abrantes.pt

Alcanena

O município de Alcanena possui uma localização geográfica privilegiada e, por conseguinte, apresenta-se como um território com grande potencial logístico-industrial, em resultado da visível centralidade e das excelentes infraestruturas disponíveis e acessibilidades regionais e nacionais, beneficiando do cruzamento de importantes eixos viários, especificamente do nó A1/A23, e ferroviários nacionais.

Consciente da necessidade do reforço da atratividade e captação empresarial, e da promoção de condições de suporte adequados às exigências dos novos investimentos, a Câmara Municipal de Alcanena continua a investir no crescimento económico do Município, através de um modelo de planeamento estruturado e assente em objetivos concretos, que possibilitam a captação de novas empresas e serviços associados, impulsionadores para a fixação de população e dinamização territorial.





PARQUE EMPRESARIAL DE ALCANENA (NÓ A1/A23)

Está em curso a conclusão do Plano de Pormenor para a criação do Parque Empresarial de Alcanena (PEA), com uma área de 140 ha, numa localização privilegiada a nível nacional, que concretiza a estratégia de ordenamento e planeamento municipal para a captação de novas empresas.
O Plano tem como objetivos:

- Criar um espaço multifuncional destinado à instalação de atividades económicas diversificadas, quer sejam indústria, logística, comércio ou serviços;
- Definir um espaço sustentável e com oferta diferenciada, em termos de dimensão de lotes;
- Consolidar um espaço gerador de crescimento e emprego e atrativo e adequado às exigências dos novos investimentos;
- Resolver as limitações de crescimento físico de algumas empresas já existentes no concelho, encontrando soluções de instalação de novas unidades.

Zona Industrial de Minde
Área de localização industrial em Minde com as seguintes características:

- 15 lotes, sendo que 12 lotes estão para venda (áreas de 1200 m2 a 1600 m2);
- Preço de venda cifra-s em 2€/m2;
- Infraestruturados e prontos a receber os agentes económicos interessados.

Centro de Acolhimento de Iniciativa Empresarial de Alcanena
Localizado nas instalações do Pavilhão Multiusos, visa potenciar o espírito empreendedor em geral e dos jovens em particular e o desenvolvimento económico do Concelho. Estre Centro disponibiliza a parte logística e de serviços destinado à instalação da atividade empresarial, complementado pelo apoio da CMA às empresas nele instaladas, para concretização de projetos ou ideias de negócio que pretendam concretizar a curto prazo. Complementarmente, são disponíveis pela Câmara Municipal os serviços do Sítio do Empreendedor – Programa de Apoio à Criação de Empresas, disponibilizando para esse efeito uma sala no Centro de Acolhimento de Iniciativa Empresarial, onde a NERSANT promove o apoio aos empreendedores do Município.

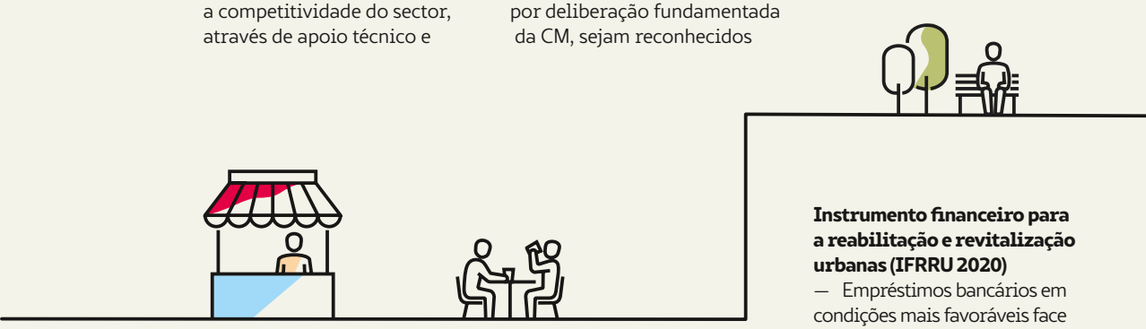
Gabinete de Inserção Profissional
No intuito de prestar um serviço de apoio com qualidade a desempregados/as para a definição do seu percurso de inserção e/ou reinserção no mercado de trabalho, mas também de dar resposta às necessidades e exigências das empresas locais, a Câmara Municipal criou o Gabinete de Inserção Profissional (GIP) que corresponde a uma estrutura de apoio ao emprego no Município, em cooperação com o Serviço de Emprego de Torres Novas (IEFFP).
Outro recurso importante a observar é o **Centro Tecnológico das Industrias do Couro (CTIC)** - infraestrutura tecnológica, promotora e catalisadora da valorização e inovação tecnológica da indústria de curtumes nacional, visando a competitividade do sector, através de apoio técnico e tecnológico às empresas do sector ou de sectores afins ou complementares.

INCENTIVOS

ISENÇÕES DE TAXAS
— As operações urbanísticas relacionadas com loteamentos industriais e instalação de empresas que mantenham ou criem 100 ou mais postos de trabalho, devidamente comprovados através de documentos considerados válidos e mantidos pelo período mínimo de 5 anos.
— Isenção de TMU, as obras destinadas à atividade industrial nas zonas definidas para esse fim pelos instrumentos de planeamento urbanístico municipal e ainda outros empreendimentos de natureza comercial, industrial ou turística que, por deliberação fundamentada da CM, sejam reconhecidos de especial interesse para o desenvolvimento do Município.

Reduções de taxas
— O licenciamento de unidades industriais, na Zona Industrial de Minde, é reduzido em 75 % no valor fixado no Anexo da Tabela de Taxas e Licenças do Município de Alcanena.

Derrama 2021
— São **isentas** do pagamento de derrama as empresas com volume de negócios até 50.000,00€, inclusive e aplicada uma taxa reduzida de 0,75% às empresas com volume de negócios acima de 50.000,00€ e até 150.000,00€, inclusive.

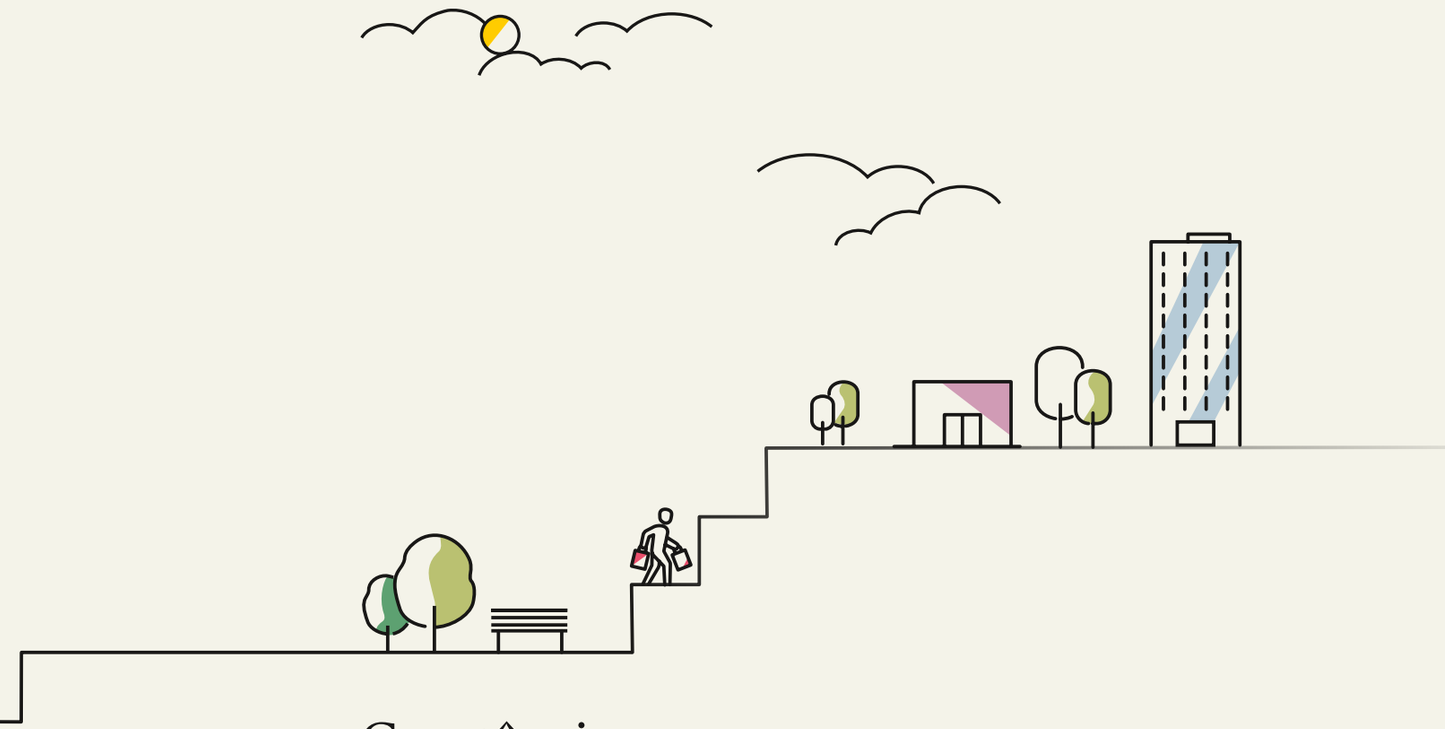


Incentivo à reabilitação urbana, em áreas de reabilitação urbana:
— Isenção de IMT;
— Isenção de IMI;
— IVA a 6%;
— Dedução à coleta, em sede de IRS, até ao limite de €500, 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação;
— Tributação à taxa autónoma de 5%, sem prejuízo da opção pelo englobamento, de mais valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português, decorrentes da primeira alienação;
— Tributação à taxa de 5% dos rendimentos prediais, sem prejuízo da opção pelo englobamento, inteiramente decorrentes de arrendamento.

Instrumento financeiro para a reabilitação e revitalização urbanas (IFRRU 2020)
— Empréstimos bancários em condições mais favoráveis face às existentes no mercado, para a reabilitação integral de edifícios, destinados a habitação ou a outras atividades, incluindo as soluções integradas de eficiência energética mais adequadas no âmbito dessa reabilitação.

APOIO TÉCNICO AO INVESTIDOR

Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Urbanismo (DDSU)
geral@caie-alcanena.biz
939 091 344



Constância

O concelho tem duas importantes áreas industriais, que geram emprego e contribuem para o desenvolvimento socioeconómico da região.

Constância tem como principal empregador desde a década 50 do século passado, a Caima, produtora de pasta de papel e muito recentemente pasta solúvel, destinada ao mercado do vestuário e da informática entre outras aplicações.

Na freguesia de Montalvo, está localizado o Loteamento Industrial de Montalvo, onde existem outras indústrias ligadas a vários setores que contribuem para a criação de emprego e que também têm atraído novos residentes para o concelho.

A Zona Industrial de Montalvo beneficia de uma excelente localização geográfica e estratégica, sendo considerada um importante polo de atração de investimento privado, pois Montalvo é a freguesia que reúne as características mais adequadas para a localização da zona industrial, uma vez que está junto à A23 e a 30Km da A1, o que em termos de acessibilidades é muito importante.

Este é um investimento essencial para o desenvolvimento do Concelho de Constância, fomentando a oferta de emprego e criando expectativas de desenvolvimento económico e social que beneficiam toda a população.

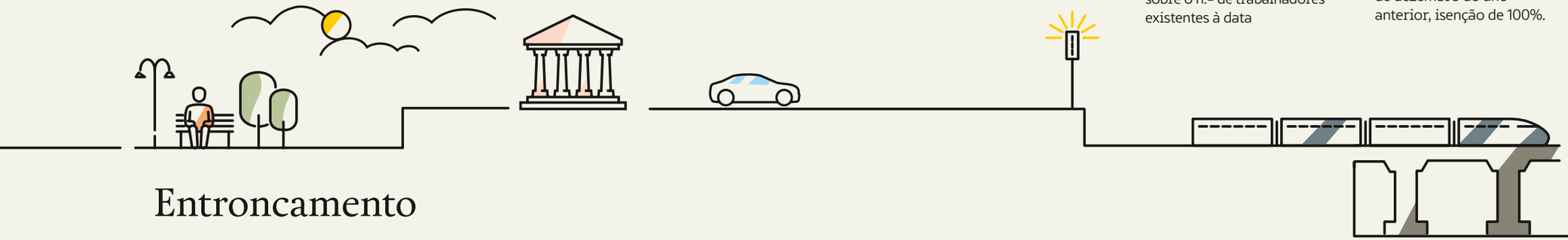
INCENTIVOS

Incentivos a conceder poderão revestir várias modalidades

- Isenção, total ou parcial, de taxas urbanísticas administrativas, taxas de ocupação de via pública e de publicidade;
- Isenção parcial de taxas pela utilização, de acordo com a disponibilidade do Município, de viaturas, máquinas, veículos de transporte e equipamentos municipais;
- Isenção, total (se inferior a 20 metros) ou parcial, de taxas de ligação do ramal de água e de saneamento básico
- Isenção de Imposto Municipal Sobre Imóveis relativamente aos prédios destinados e efetivamente utilizados pela entidade beneficiária no âmbito específico do projeto empresarial apoiado
- Isenção de Imposto Municipal Sobre Transações Onerosas de Imóveis relativamente aos imóveis adquiridos pela entidade beneficiária e especificamente destinados ao exercício da atividade constante do projeto empresarial apoiado.
- Venda de lotes de terrenos a 1,00€/m² na zona industrial
- Apoio dos serviços técnicos no esclarecimento da documentação necessária para a implementação do negócio.

CONTACTOS ÚTEIS

249 730 050
gabinete.presidencia@cm-constancia.pt



Entroncamento

A Câmara Municipal do Entroncamento entende que o desenvolvimento económico é um dos fatores fundamentais para o enriquecimento das regiões e consequentemente dos cidadãos.

O desenvolvimento económico resulta de um crescimento da produção que deve ter como principal consequência a distribuição da riqueza criada pela população (pela via das remunerações, ou outras).

Uma população ativa e com a respetiva ocupação profissional representa para o seu município um fator de estabilidade social que, começando na família, se repercute em toda a sociedade.

Nesse sentido, o município aprovou a concessão de incentivos sobre a derrama gerada na sua área geográfica aos sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável no território.

A geografia do Entroncamento é vantajosa uma vez que se encontra no centro do País. Tem os melhores acessos a todo o território nacional e estrangeiro de forma fácil e eficaz. Tudo isto conciliado com os aspetos sociais gera um clima favorável à fixação e crescimento das empresas.

O Município está focado na criação de valor, encorajando e garantindo o apoio necessário ao início e desenvolvimento de novos negócios, oferecendo bons apoios e infraestruturas na Zona Industrial e no Parque Empresarial. A sua localização privilegiada representa uma oportunidade para que diferentes setores e serviços trabalhem em conjunto.

INCENTIVOS

Parque Empresarial do Entroncamento

PREÇO DE INSTALAÇÃO REDUZIDO

- 0,15 € / m² ao ano.

Área dos Lotes

Lotes disponíveis com uma área compreendida entre 6 500 m² e 46 800 m².

Redução da Taxa na Derrama

- Redução de 1/3, para empresas com criação líquida de postos de trabalho até 35% (inclusive) sobre o n.º de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior.
- Redução de 2/3, para empresas com criação líquida de postos de trabalho entre 36% e 75% (inclusive) sobre o n.º de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior.
- Redução de 3/3, para empresas com criação líquida de postos de trabalho superior a 75 % sobre o n.º de trabalhadores existentes à data de 31 de dezembro do ano anterior, isenção de 100%.

CONTACTOS ÚTEIS

249 720 415
empresario@cm-entroncamento.pt

Ferreira do Zêzere

Em Ferreira do Zêzere existe espaço para sonhar. Espaço para concretizar. Espaço para crescer. A zona industrial de Lameiras, localizada estrategicamente próximo da autoestrada A13, com uma área total de 184 809,00 m², infraestruturada, tem tudo o que necessita para instalar o seu negócio. Estão disponíveis 19 Lotes e o preço por metro quadrado é bastante acessível, reduzindo mediante critérios estabelecidos no regulamento, como o número de postos de trabalho a criar, por exemplo.

As oportunidades de fundos comunitários, centralidade e excelentes vias de comunicação para qualquer ponto de Portugal ou Europa são alguns dos pontos fortes. A proximidade de grandes polos universitários é também outra das vantagens.

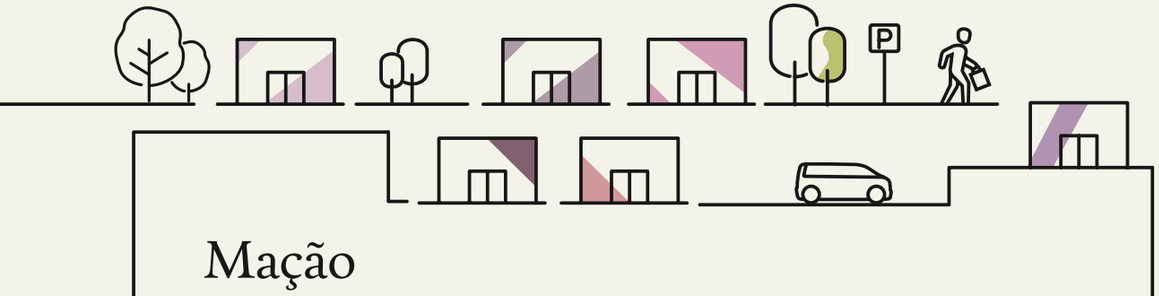
Este município tem vindo a modernizar as infraestruturas de apoio social, escolares, e culturais, permitindo um usufruto de todas elas a baixo custo e tem disponível um conjunto de políticas/apoios para residentes que permitem que os colaboradores das empresas que se fixem nesta região disponham de qualidade de vida. Importante também dizer que é uma região com uma gastronomia invejável, excelentes condições para desportos náuticos e água com selo de qualidade de ouro que chega às torneiras de todos os habitantes e empresas do concelho.

INCENTIVOS

- Redução do IRS, previsto na Lei das Finanças Locais: devolução de 5% do IRS cobrado (valor máximo possível);
- Taxa de IMI 0,3%. Há uma diminuição nos valores do IMI em 20€, 40€ e 70€ consoante se registe um, dois e três ou mais dependentes respetivamente;
- Taxa da Derrama de 0,5% para empresas com volume de negócios acima dos 150 mil €. Taxa é de 0,1% para empresas com volume de negócios inferior;
- Condições de acesso a preços reduzidos (lotes/m2) às empresas que se instalem na zona industrial, baixando ainda mais consoante vários critérios, nomeadamente, a criação de novos postos de trabalho, inovação, políticas ambientais, etc.;
- Apoio a empresa do concelho que contratem jovens residentes no município em situação de 1º emprego (subsídio anual no valor de dois meses do vencimento base do funcionário, durante os 3 primeiros anos de contratação;
- Apoios à natalidade a profissionais que trabalhem e residam no concelho, assim como um conjunto alargado de apoios à educação para os seus descendentes menores;
- Descontos e condições mais vantajosas na criação de lojas on-line (e-commerce) protocolado entre o município e os CTT.

CONTACTOS ÚTEIS

249 360 150
geral@cm-ferreiradozezere.pt



Mação

Situado bem no centro do país, o Município de Mação oferece as condições ideais para o desenvolvimento do tecido económico e empresarial local e da região.

Com três Zonas Industriais à disposição, em Cardigos, Mação e Ortiga, os empresários que pretendam instalar o seu negócio neste Município, terão facilidades surpreendentes para o fazer de um modo fácil e muito cómodo.

Para além de todos os benefícios oferecidos, a Autarquia disponibiliza um serviço permanente de apoio e acompanhamento ao empresário, através do GEMA – Gabinete Empreendedor de Mação.

Em 2017, a Zona Industrial das Lamas (Mação) passou a acolher um moderno Centro de Negócios/Ninho de Empresas, numa clara aposta do Município à captação de novas empresas e incentivo ao investimento.

Trata-se de uma incubadora de projetos que aposta nos domínios da indústria e dos serviços a funcionar em ambiente empresarial ativo, reunindo os principais meios para iniciar e desenvolver um negócio. É composta por 3 edifícios autónomos com 29 módulos para instalação de empresas e uma filosofia de partilha de espaços comuns (cowork).

As excelentes acessibilidades, como a proximidade da A23 e da linha ferroviária da Beira Baixa, assim como a sua posição geográfica privilegiada tornam este concelho ainda mais atrativo na hora de decidir onde implementar uma empresa.

A partir do coração de Portugal, chegará com rapidez e comodidade aos grandes centros urbanos do País e até Espanha. Mação é uma porta aberta para o resto do país, mas também para a Europa e para o Mundo!

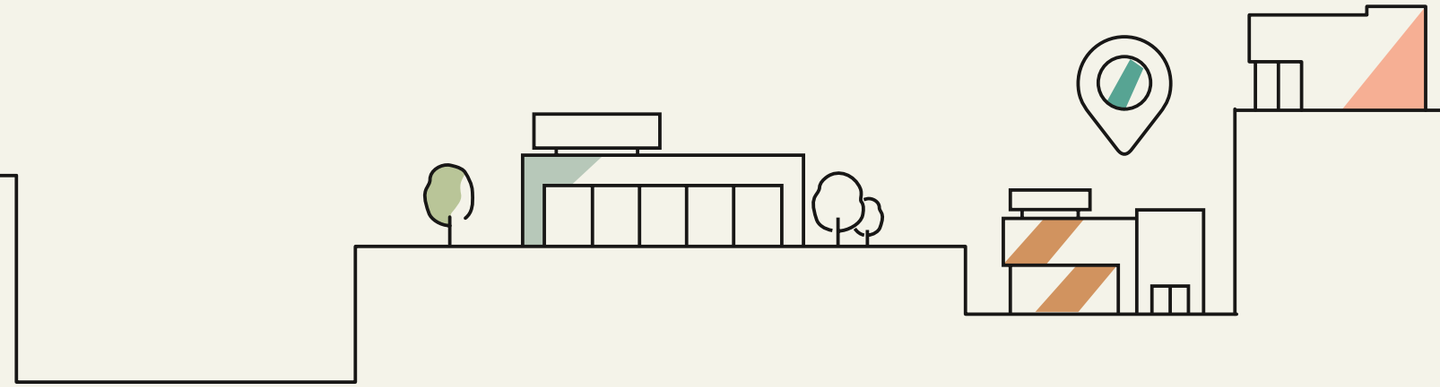
INCENTIVOS

- Terrenos a preços simbólicos de 0,01€/m2 nas três Zonas Industriais do Concelho;
- Isenção da taxa de derrama a empresas com sede social no Concelho de Mação
- Taxa mínima de IMI: 0,3%;
- Preços competitivos para instalação e consolidação de empresas no Centro de Negócios/Ninho de Empresas;
- Apoio na construção de infraestruturas básicas de apoio à instalação de empresas, através da preparação de terreno(s) para instalação de infraestruturas; Também em trabalhos de terraplanagem de áreas afetas ao desenvolvimento da atividade; à preparação e/ou pavimentação d áreas afetas ao desenvolvimento da atividade (no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio a Empresas e Entidades de Interesse Público).

CONTACTOS ÚTEIS

CÂMARA MUNICIPAL DE MAÇÃO
241 577 200
geral@cm-macao.pt

GEMA – GABINETE EMPREENDEDOR DE MAÇÃO
gema@cm-macao.pt



Ourém

Considerando a sua localização estratégica, no centro de Portugal, junto à principal via do país (A1), Ourém assume-se como um território estratégico para o investimento. Um território de alcance internacional, habituado a receber (em 2017 terão visitado Fátima 6,3 milhões de pessoas) e dotado de boas infraestruturas tornam Ourém uma excelente opção para sedear um investimento.

Ourém, assume-se como uma porta de entrada na Europa. Para isso assume como seu desígnio a melhoria constante das condições que possibilitem o desenvolvimento da atividade das empresas instaladas ou em vias de instalação no Município. Ourém dispõe de áreas dedicadas à instalação das empresas. Situadas estrategicamente no centro do país, as zonas industriais do Município conferem excelentes oportunidades para a instalação de empresas.

O Município assume como estratégico a disponibilização de espaços para a instalação de empresas nas zonas industriais bem como a angariação constante de condições que facilitem a atividade das empresas instaladas.

INCENTIVOS

— O Município dispõe desde 2018 do Espaço Empresa, um local criado em parceria com o IAPMEI a AMA e o AICEP onde os empresários e futuros empresários poderão obter um atendimento personalizado e dispor de apoio e informação sobre várias temáticas, desde a possibilidade de criação da sua empresa online, acesso a medidas e incentivos a apoio à internacionalização da sua empresa e outros apoios que contribuem para o crescimento económico da empresa.
— O Centro de Empresas de Ourém tem como principal atribuição a promoção e o acompanhamento a novas microempresas que possam vir a resultar de projetos inovadores. Este espaço é dinamizado pela ACISO – Associação Empresarial Ourém-Fátima e funciona no piso zero do Edifício do Mercado Municipal Manuel Prazeres Durão
— A Sartup Ourém pretende dinamizar o empreendedorismo através do apoio a empreendedores que queiram criar a sua empresa, prestar aconselhamento e apoio técnico em diversas áreas de atividade. A START UP é dinamizada pela NERSANT – Associação Empresarial.

CONTACTOS ÚTEIS

ESPAÇO EMPRESA
DE OURÉM
911 750 283
espaco.empresa@cm.ourem.pt

CENTRO DE EMPRESAS
DE OURÉM
249 540 220
centroempresas@aciso.pt

STARTUP OURÉM
932 961 711
startup.ourem@nersant.pt

Sardoal

O Concelho de Sardoal é um território com uma identidade própria, que apresenta um conjunto de potencialidades. Saber promover as qualidades e colmatar as fraquezas, respeitando o que torna o território único e genuíno, e, simultaneamente, sabendo encontrar formas para o diferenciar no panorama regional e nacional, é o que o Município considera ser fundamental. O Sardoal está no centro do país, a 150 Km de Lisboa, a 240 Km do Porto e 212 Km de Vilar Formoso.

Apresenta excelentes acessibilidades, através da EN2 que liga à A23, à A1 e ao IC8 e em termos ferroviários, é abrangido pela Linha da Beira Baixa.

O Município disponibiliza apoios, que são devidamente negociados caso a caso, considerando o investimento a realizar e o número de postos de trabalho a criar.

O Parque Empresarial de Sardoal, localizado junto à EN2, alberga um conjunto de 23 empresas dos mais variados setores: indústria, comércio e serviços.

INCENTIVOS

Apoios municipais de natureza fiscal e tributária

IMI Urbano:
— Redução da taxa de 0,20% aos prédios urbanos arrendados.

Derrama:
— Taxa normal praticada: 1,5%, com taxa reduzida de 0,10% para sujeitos passivos cujo volume de negócios no período anterior não ultrapasse 150.000€
— ARU - Incentivos à Reabilitação Urbana;
— IMI - Isenção por 5 anos (podendo ser por +5anos)
— MT - Isenção na 1ª transmissão após reabilitação (prédio urbano ou fração autónoma) ;
— IVA - Taxa de 6% nas empreitadas de reabilitação (materiais + mão de obra);
— IRS - Dedução à coleta, 30% dos encargos com reabilitação (até ao limite de 500€) .

Outros benefícios
— Mais-valias tributadas a 5 (resultantes da alienação de imóvel);
— Rendimentos prediais tributados a 5% (resultantes do arrendamento de imóvel);
— Apoio técnico especializado através do GAE – Gabinete de Apoio ao Empresário, que garante o apoio, o desenvolvimento e a dinamização do comércio e das empresas do concelho, promove o empreendedorismo, a criação de emprego e a captação de investimentos. Assume-se como plataforma de interface entre os empresários e os agentes locais e setoriais.

Futuro "Parque de Negócios de Andreus - Sardoal"
— Configura um projeto de captação de investimento que visa dotar o concelho de Sardoal de uma nova área de acolhimento empresarial, com infraestruturas e equipamentos de elevada qualidade (10 espaços modulares), fundamentais na criação e desenvolvimento de novos projetos de empreendedorismo e na localização e expansão de empresas.

Espaço Partilhado para as Artes e Ofícios
— Visa dinamizar, estimular e divulgar as artes e os ofícios no Concelho, através da disponibilização aos utilizadores de um espaço para a criação, exposição e comercialização dos seus trabalhos, permitindo a utilização de ateliers, a utilização da oficina partilhada e dos seus equipamentos, o usufruto dos espaços expositivos, bem como a possibilidade de comercialização dos produtos no "Cá da Terra".

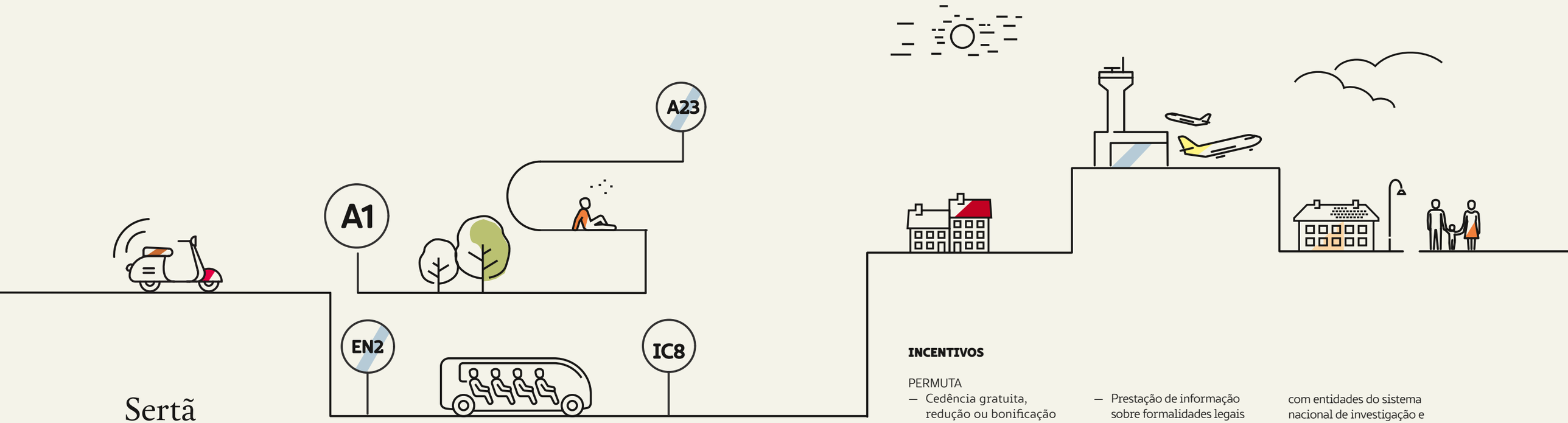
Cá da Terra - Produtos Locais
— Espaço dedicado à promoção e comercialização dos produtos locais deste território e adjacentes, tais como o artesanato, os vinhos, a doçaria, a gastronomia, as publicações e ilustrações, possibilitando assim aos produtores o escoamento da sua produção.

IFRRU - Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas
— Empréstimos bancários em condições mais favoráveis face às existentes no mercado, para a reabilitação integral de edifícios, destinados a habitação ou a outras atividades, incluindo as soluções integradas de eficiência energética mais adequadas no âmbito dessa reabilitação.

CONTACTOS ÚTEIS

241 850 000
gae@cm-sardoal.pt

MEIO DE INVESTIMENTO



Sertã

O concelho da Sertã fica localizado no centro do território de Portugal Continental, equidistante do litoral e de Espanha, bem como do norte e do sul do país.

A sua localização estratégica e as acessibilidades rodoviárias (IC8, A23 e A13) permitem que o concelho fique próximo das regiões de Lisboa, Porto, Figueira da Foz, Coimbra, Algarve e Espanha. Favorecendo as deslocações regulares ao concelho, os 180 km que separam este concelho de Lisboa e Porto são percorridos em cerca de uma hora e meia, assim como, a distância de 100 km até ao porto marítimo da Figueira da Foz, a distância de 70 km para Coimbra é ultrapassada em cerca de 40 minutos, o acesso ao Algarve e a Espanha (aeroporto de Madrid) é feito em menos de 4 horas (400 km).

Ancorado na ideia de Sertã enquanto destino "investor-friendly", o concelho disponibiliza dois polos industriais adaptados às necessidades das empresas: um no centro do concelho, a norte da vila da Sertã, junto ao IC8 - Zona Industrial da Sertã e outro a oeste desta mesma vila, na Zona Industrial de Cernache do Bonjardim. A zona Industrial da Sertã conta ainda com um Centro de Inovação Tecnológico – SerQ, com o objetivo de expandir a capacidade de inovação e criação de valor na economia local e regional.

Com o objetivo de estimular o investimento e a criação de emprego, o Município da Sertã tem desenvolvido uma política integrada de desenvolvimento das suas zonas industriais, proporcionando todo o tipo de condições e vantagens a quem aqui pretenda investir.

Os incentivos a conceder aos investidores poderão revestir várias modalidades, nomeadamente, apoios financeiros (à empregabilidade, modernização e internacionalização), isenções e incentivos fiscais, desburocratização e simplificação dos procedimentos administrativos.

INCENTIVOS

PERMUTA
- Cedência gratuita, redução ou bonificação de preço, oneração ou alienação de terrenos, lotes ou imóveis do Município, destinados às instalações das empresas ou à concretização do projeto de investimento.

DISPONIBILIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS E CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURAS BÁSICAS À INSTALAÇÃO, DESIGNADAMENTE
- Abertura de fundações;
- Construção de ramais de água e drenagem de águas residuais.

DISPONIBILIZAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE VIATURAS, MÁQUINAS OU EQUIPAMENTOS
APOIO TÉCNICO, DESIGNADAMENTE
- Prestação de informação sobre formalidades legais na constituição de uma empresa ;
- Apoio técnico na elaboração do projeto de investimento
- Apoio no processo de licenciamento do investimento;
- Apoio técnico na implementação e no controle de cumprimento de normas de higiene e segurança alimentar de produtos regionais produzidos artesanalmente.

APOIOS FINANCEIROS, DESIGNADAMENTE
- Apoios à empregabilidade
- Apoios à modernização e promoção;
- Apoios à internacionalização;
- Apoio às empresas em atividades de inovação e desenvolvimento, nomeadamente se realizadas em colaboração com entidades do sistema nacional de investigação e inovação, locais, regionais ou nacionais.

ISENÇÕES E INCENTIVOS FISCAIS
- IMI;
- IMT;
- Derrama
- Taxas e licenças municipais.

CONTACTOS ÚTEIS

MUNICÍPIO DA SERTÃ
274 600 300
geral@cm-serta.pt

SERQ – CENTRO DE INOVAÇÃO E COMPETÊNCIAS DA FLORESTA
274 608 626
serq@serq.pt

Tomar

O Município de Tomar orienta a sua ação no sentido de transformar o concelho num espaço territorial dinâmico, competitivo e solidário, no contexto da globalização e da sociedade do conhecimento.

É neste contexto que surge o Gabinete de Apoio ao Investidor "TomarInveste", cuja missão passa pela criação das condições necessárias ao investimento económico e pelo desenvolvimento de atividades de promoção do concelho junto de investidores nacionais e estrangeiros.

Neste sentido, cabe a este gabinete o desenvolvimento de ações que contribuam para a promoção do emprego, alteração da tendência de perda de população (sobretudo população jovem e qualificada), aumento do número de empresas ou melhoria da qualidade de vida, entre outras.

Por outro lado, toda a estratégia de desenvolvimento económico deverá ter em conta duas grandes visões, as quais deverão igualmente estar interligadas entre elas:

- Tomar, Polo Tecnológico Desenvolvimento de um parque tecnológico e de uma estratégia, que coloquem Tomar no mapa das regiões tecnológicas ao nível nacional e internacional.
- Tomar, Cidade Criativa Criação de um modelo de desenvolvimento económico e social baseado na criatividade.

Deverá ainda ser tido em consideração o potencial turístico do concelho de Tomar, sendo que o turismo, a par da criatividade e tecnologia, deve ser encarado como um verdadeiro motor de desenvolvimento económico.

INCENTIVOS

IMI

O município aderiu à redução deste imposto para imóveis destinados a habitação própria e permanente, para famílias com filhos e atendendo ao número de dependentes que compõem o respetivo agregado familiar, nos termos do n.º 1 do art.º 112º-A, do CIMI. Redução: 1 filho - 20€, 2 filhos - 40€ e 3 ou mais filhos - 70€.

Com a aprovação da ORU de Tomar (cidade), os investidores têm imediato acesso a um conjunto de benefícios fiscais sobre os prédios urbanos incluídos nas áreas delimitadas, nos termos dos artigos 45.º e 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF).

IMT

Com a aprovação da ORU de Tomar (cidade), os investidores têm imediato acesso a um conjunto de benefícios fiscais sobre os prédios urbanos incluídos nas áreas delimitadas, nos termos dos artigos 45.º e 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF).

Derrama

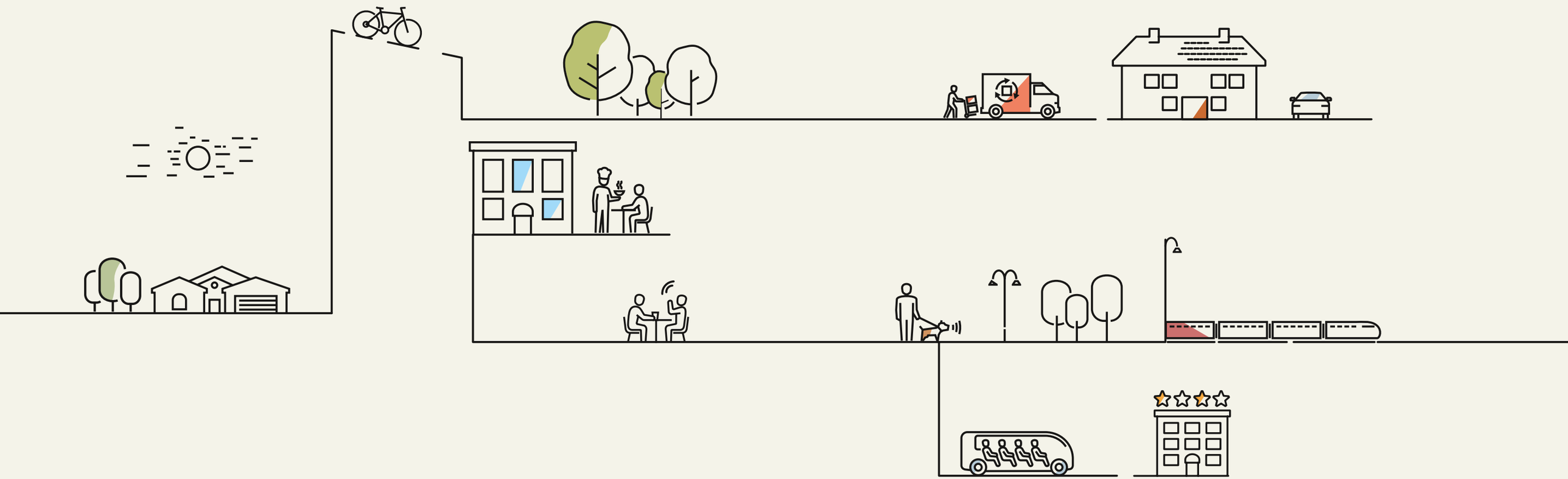
O município pratica a taxa reduzida de 0,75% para volume de faturação igual ou inferior a 150.000€.

O município pratica a isenção da derrama para empresas com sede em Tomar que se tenham instalado no ano anterior.

Taxas e licenças

Coeficiente de localização igual a 0 para área do Plano de Salvaguarda do Núcleo Histórico e outras áreas de reabilitação urbana que venham a ser delimitadas para a emissão de alvará ou admissão de comunicação prévia de loteamento e obras de impacto relevante ou semelhante a um loteamento e obras de construção e ampliação em área não abrangida por operação de loteamento ou alvará de urbanização.

Redução de 50% das taxas previstas para obras de reconstrução, alteração e ampliação dentro do perímetro de intervenção do Plano de Pormenor do Centro Histórico de Tomar e para obras de reconstrução e alteração em todo o espaço urbano do concelho.



INCENTIVOS ÀS EMPRESAS

Cedência em regime de direito de superfície dos lotes do Parque Empresarial de Tomar a 0,50€/m2. Espaço Ninho de Empresas com renda mensal de 50€/mês.
Apoios na articulação com o Instituto de Emprego e Formação Profissional local, com as entidades de ensino locais e regionais e apoios na promoção.

Incentivos às famílias
Aquisição e Recuperação de imóveis para arrendamento em regime de habitação social.

Protocolo para apoio em intervenções cirúrgicas na área da oftalmologia, apoio económico pontual na aquisição de medicamentos e apoio no transporte para deslocações em consultas.
Apesar de não apoiar diretamente, o serviço de apoio social ao domicílio é prestado em articulação com as instituições da Rede Social Local.
Bolsas de Estudo a alunos do ensino superior.
Manuais e material escolar a alunos carenciados.
Refeições gratuitas para alunos carenciados.

Aquisição de equipamento e recursos humanos nas áreas das ciências, tecnologia e apoio social aos Agrupamentos de Escolas. Implementado em todas as freguesias o transporte a pedido. A Rede Social Local funciona em estreita articulação com todas as entidades com intervenção na área social, sendo que congrega todos os pedidos sociais existentes, conciliando todas as respostas sociais do concelho, de forma a fazer o melhor encaminhamento possível. A Rede tem um fundo social comunitário, a que se recorre sempre que necessário, no sentido de colmatar necessidades económicas que não se resolvam com as respostas sociais existentes.

PARCERIAS

Protocolo de colaboração com a NERSANT (Associação Empresarial da Região de Santarém)
— Apoio ao Espaço Empresa.

Protocolo de cooperação com o IPT (Instituto Politécnico de Tomar)
— No âmbito da medida estratégica TMR2020, a implementação de um Centro de inovação e Valorização do Conhecimento em edifício contíguo ao Campus do IPT;
— Apoio e o desenvolvimento de indústrias criativas e projetos de valorização do património, a instalação de empresas criativas, a valorização do património imóvel sem ocupação e o desenvolvimento de eventos cariz técnico-científico e cultural;
— Laboratório vocacionado para a investigação aplicada e desenvolvimento de estudos e projetos de regeneração e reabilitação urbana, enquadrados na estratégia de regeneração e reabilitação urbana do concelho de Tomar;
— Laboratório de Turismo, vocacionado para a investigação aplicada e desenvolvimento de estudos e projetos visando a afirmação e desenvolvimento de produtos turístico culturais da região de Tomar, e o incremento do empreendedorismo na área do Turismo.

CONTACTOS ÚTEIS

Gabinete de Apoio ao Investidor "TomarInveste" Praça da República - Edifício Paços do Concelho
2300-550 Tomar

912 007 577
tomarinveste@cm-tomar.pt

Torres Novas

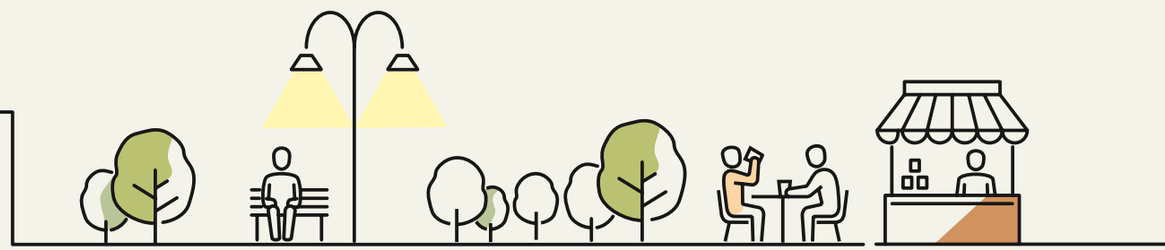
Torres Novas tem vindo a assumir-se como a porta norte de Lisboa, usufruindo de uma localização privilegiada no centro do país.

A confluência da principal autoestrada do país, A1 (Lisboa-Porto), com a A23, que faz a ligação ao interior centro/norte bem como a Espanha e restante Europa; e o terminal ferroviário de Riachos (ou TVT – Terminal multimodal do Vale do Tejo) que ocupa uma área de mais de 200 000 m^2 contígua à principal linha ferroviária do país, a linha do Norte, fazem com que Torres Novas se diferencie, no contexto regional e nacional, sobretudo na área da logística.

Esta vantagem competitiva afigura-se como um importante trunfo na fixação de investimentos e unidades empresariais. Nesse sentido, têm sido desenvolvidas iniciativas que conduzem à consolidação de um espaço de localização empresarial de qualidade, que alia, à mais-valia da localização, a excelência ao nível das facilidades logísticas, dos serviços prestados e da sua articulação com o núcleo urbano de serviços.

São por isso fatores de atratividade, entre tantos outros, as zonas industriais de Zibreira (junto ao nó da A1/A23), Torres Novas e Riachos, esta última a receber muito em breve um investimento superior a 1.200.000,00€ (um milhão e duzentos mil euros) em infraestruturas, bem como os vários benefícios fiscais concedidos pelo município a empresas e particulares que escolham estabelecer-se no concelho.

A esta dinâmica empresarial junta-se ainda um parque escolar e equipamentos culturais e desportivos de excelência, uma importante rede social, um vasto movimento associativo bem como património natural, cultural, monumental, etnográfico e artístico de grande diversidade e riqueza. Sem dúvida, condições que em muito contribuem para a fixação da população e para a sua qualidade de vida.



INCENTIVOS

— Isenção de IMI urbano por 3 anos, no âmbito de ações de Reabilitação Urbana de imóveis ou frações afetas à habitação, a contar do ano da conclusão das obras, prorrogável por mais 5 anos
— Isenção de IMT na aquisição de imóveis destinados a reabilitação
— Licenciamento industrial, redução de 25% nas taxas em obras de construção, reconstrução, alteração e ampliação nas zonas industriais legalmente constituídas
— Isenção total ou parcial nas taxas urbanísticas, para empresas consideradas de interesse relevante no desenvolvimento e crescimento económico do concelho;
— Lançamento de uma Derrama reduzida de 0,01% para os sujeitos passivos com um volume de negócios inferior a € 150.000,00.

CONTACTOS ÚTEIS

ESPAÇO EMPRESA
249 839 430 (extensão 3233)

geral@cm-torresnovas.pt
espaco.empresa@cm-torresnovas.pt

STARTUP TORRES NOVAS
249 839 489
964 698 894
startup@cm-torresnovas.pt
torresnovas+@cm-torresnovas.pt

Vila de Rei

APOIO À INDÚSTRIA:

A Autarquia Vilarregense procura incessantemente propiciar as melhores condições para estimular o investimento, tanto no setor primário como no empresarial. Neste contexto, cria condições favoráveis e atrativas para os agentes económicos que pretendem implantar-se e desenvolver a sua atividade no Concelho de Vila de Rei.

Entre as múltiplas iniciativas, sobressai e existência de três parques industriais com uma área de 40 ha de terreno para a sua implantação e ainda uma ampliação, prevista de 8ha na Zona Industrial do Souto.

Estas zonas distinguem-se pela excelente localização no plano nacional, pois estão localizadas num ponto central do país, com a proximidade de grandes cidades, como, Coimbra, Lisboa, o porto marítimo da Figueira da Foz e a fronteira de Espanha. Toda a sede do concelho está servida de bons acessos rodoviários/ferroviários, qualquer que seja a proveniência, referimos, a A1, A23, N2, A13, IC8, linha ferroviária da Beira Baixa, entre outras.

INCENTIVOS

- Preço dos lotes a 0,31€ por m2 na Zona Industrial do Souto, com possibilidade de redução para 0,01€ o m2, em função dos postos de trabalho criados, por investimento;
- Taxa mínima de 0,3% no IMI, com possibilidade de redução/isenção;
- Redução/Isenção de Derrama; Redução/Isenção de IMT;
- Tarifa variável da água para comércio e indústria de 0,64€/m3;

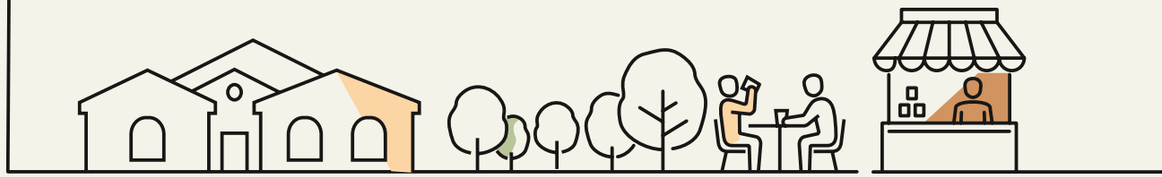
- Incentivo à empregabilidade, no valor de € 500,00 (quinhentos euros), por cada posto de trabalho criado;
- Isenção ou redução de taxas e preços municipais em vigor, conforme regulamentos municipais;
- Apoio através do Gabinete de Dinamização da Atividade Económica;
- GIP- Gabinete de Inserção Profissional do Município de Vila de Rei, que estabelece a interligação entre os empresários e as necessidades de mão-de obra dos mesmos;
- Apoio às atividades económicas do concelho empresas, com a participação em diversas feiras e eventos nacionais e internacionais;
- Apoio à Modernização do Comércio Local, através do Regulamento dos Estímulos ao Investimento do Concelho de Vila de Rei;
- Ninho de Empresas situado num ponto estratégico do centro da vila (1.º Piso do Mercado Municipal), onde pode beneficiar de um espaço em modalidade de open space, com 18 meses de permanência gratuita, tendo ao seu dispor internet, telefone, computador e todo o equipamento necessário alavancar o seu negócio;

PARCERIAS:

- Associação Comercial e Empresarial, Abrantes, Constância, Sardoal, Mação e Vila de Rei;
- Câmara de Comércio e Indústria Franco-Portuguesa;
- Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal (Criação de Centro Qualifica e aposta na formação para ativos e desempregados).

CONTACTOS ÚTEIS

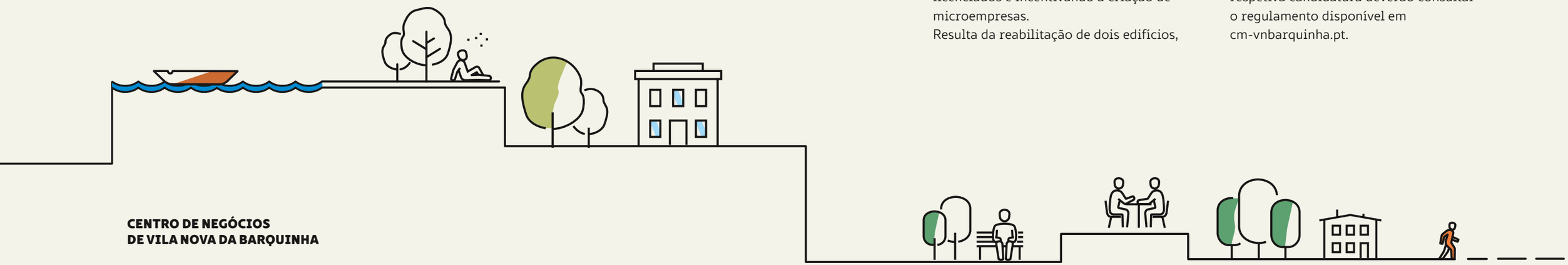
274 249 013
938 701 485
gdae@cm-viladerei.pt
www.cm-viladerei.pt



Vila Nova da Barquinha

Vila Nova da Barquinha é um concelho bastante atrativo para novos investimentos e novas empresas. A Câmara Municipal aposta na promoção do desenvolvimento económico, tirando partido do excelente nível de acessibilidades, através da criação do polo empresarial na freguesia de Atalaia, o Centro de Negócios, bem como do CAIS – Espaço Empresarial no Centro de Vila Nova da Barquinha.

MEIO DE INVESTIMENTO



CENTRO DE NEGÓCIOS DE VILA NOVA DA BARQUINHA

Trata-se de um espaço que dispõe de rápidas acessibilidades aos grandes itinerários rodoviários e ferroviários do país e da Europa. Este é sem dúvida um dos seus pontos fortes. À rede rodoviária existente – A1, A23 e A13 – junta-se a Estação de Caminhos-de-ferro de Entroncamento, a 5 min, o principal nó ferroviário do país. O porto e aeroporto de Lisboa estão somente a 1 hora de distância. Está em curso um estudo de viabilidade para a abertura do Aeródromo Militar de Tancos ao tráfego civil e comercial. A poucos quilómetros, existe também a possibilidade de utilização da Plataforma Multimodal de Riachos, Torres Novas.

A gestão está a cargo de uma Sociedade Gestora, com a missão de proporcionar a instalação de um tecido empresarial forte e oferta de emprego abundante. Com cerca de 30 hectares de terreno, este polo empresarial atrativo e bem estruturado constitui um investimento estruturante para a criação de riqueza.

Vila Nova da Barquinha é um território de baixa densidade, o que significa um acesso privilegiado aos fundos comunitários. Nos últimos anos, é um dos poucos concelhos do interior do país a registar um aumento da sua população. Simultaneamente tranquilo e moderno, é sinónimo de qualidade de vida. O seu excelente nível de acessibilidades e o seu rico património natural e cultural fazem deste concelho o lugar ideal para viver e para investir.

CAIS – ESPAÇO EMPRESARIAL

Trata-se de um espaço empresarial dedicado a todos os empreendedores locais de âmbito nacional e internacional. Tem como objetivo a promoção e acompanhamento de projetos e empresas inovadoras, colocando-as num mesmo espaço físico e pondo ao seu dispor um conjunto de serviços e gabinetes, proporcionando a inserção num ambiente empresarial adequado, bem como as condições necessárias ao seu sucesso. Por outro lado, pretende a promoção da interação entre o meio empresarial e instituições de ensino/investigação, com vista a usufruir das vantagens, sinergias e complementaridade que daí decorrem.

Pretende-se assim criar as condições favoráveis para o crescimento da iniciativa privada no nosso território, com o apoio ao empreendedorismo jovem e contribuição para o reforço do autoemprego, designadamente de jovens licenciados e incentivando a criação de microempresas.
Resulta da reabilitação de dois edifícios, onde foram criados gabinetes de trabalho e espaços de coworking, bem como áreas para os respetivos serviços de apoio, como salas de reunião, de formação e de refeição, serviços administrativos e loja.

Os interessados em apresentar a respetiva candidatura deverão consultar o regulamento disponível em cm-vnbarquinha.pt.

INCENTIVOS

OS INCENTIVOS ESTÃO DIRETAMENTE RELACIONADOS COM O REGULAMENTO "BARQUINHA MAIS INVESTIMENTO", REGULAMENTO MUNICIPAL DE INCENTIVO À FIXAÇÃO DE EMPRESAS

- Isenção de derrama sempre que se trate de entidades empresariais sem atividade direta ou indireta com o concelho de Vila Nova da Barquinha à data da apresentação da candidatura, nem nos três anos económicos anteriores. Esta isenção é concedida pelo prazo máximo de 5 anos, passível de renovação por uma única vez sujeita a igual prazo máximo mediante requerimento da entidade beneficiária e sujeita a aprovação por parte da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha;
- Isenção de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis Relativamente aos imóveis especificamente adquiridos e destinados pela entidade beneficiária ao exercício da atividade constante do projeto empresarial apoiado;
- Isenção de IMI relativamente aos prédios destinados e efetivamente utilizados pela entidade beneficiária no âmbito específico do projeto empresarial apoiado. Esta isenção é concedida pelo prazo máximo de 5 anos, passível de renovação por uma única vez sujeita a igual prazo máximo mediante requerimento da entidade beneficiária e sujeita a aprovação por parte da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha
- Isenção de taxas municipais pela concretização das operações urbanísticas associadas ao projeto empresarial;
- Condições de acesso a preços reduzidos.×

CONTACTOS ÚTEIS

CENTRO DE NEGÓCIOS
249 720 364
962 962 919
cdn@cm-vnbarquinha.pt

GADEL - GABINETE DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO E EMPREENDEDORISMO LOCAL
240 720 364
964 378 133
gadel@cm-vnbarquinha.pt

MEIA PALAVRA

Orçamento para 2021 assente nas necessidades atuais e com olhos postos nos desafios futuros

A Assembleia Intermunicipal da CIM do Médio Tejo decorreu no passado dia 23 de novembro de 2020, na qual foi aprovado, por maioria, com três abstenções da CDU, o Plano e o Orçamento para 2021 desta entidade supramunicipal. O documento estratégico conta com um orçamento que ascende a mais de 10ME. Para Anabela Freitas, presidente da CIM do Médio Tejo, "este é um orçamento realista, que tem em conta as exigências dos tempos, com a presença da pandemia Covid-19 no país, com uma noção clara das necessidades das populações da região, mas também com olhos postos nos desafios futuros".
A CIM do Médio Tejo, enquanto entidade supramunicipal, juntamente com os seus municípios, está a assumir um papel cada vez mais preponderante na governação da região e, por isso, pretende dar continuidade a uma estratégia que preveja o desenvolvimento do Médio Tejo em várias frentes. Na sessão da Assembleia foi recordado que o ano de 2020 ficará para sempre marcado pela pandemia Covid-19, cujos danos económicos e sociais continuarão a ser sentidos em 2021 e nos próximos. Assim, no sentido de impulsionar a recuperação da economia portuguesa, a CIM do Médio Tejo, com os seus municípios, tem a expetativa de ser protagonista na definição de projetos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência acordado com a União Europeia.

Protocolos formalizam arranque dos gabinetes de apoio ao emigrantes no Médio Tejo

A reunião do Conselho Intermunicipal, do dia 30 de julho, ficou marcada pela assinatura dos protocolos celebrados com a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas e os municípios da região do Médio Tejo, que têm como objetivo a constituição dos Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE).
O momento foi formalizado na Câmara Municipal de Ourém, local escolhido para a reunião deste Conselho, na presença da Secretária de Estado das Comunidades Portuguesas, Berta Nunes, e dos autarcas que entrarão nesta fase no processo.
De salientar que os municípios de Ourém, Sardoal e Vila de Rei foram os primeiros a dispor de Gabinetes de Apoio ao Emigrante, os quais se encontram a funcionar em pleno nos seus territórios.
Atualmente, e após esta formalização, o Médio Tejo ficará, praticamente, abrangido pela existência destes gabinetes, que se revestem de grande importância.
Segundo o portal das Comunidades Portuguesas, os GAE destinam-se a todos os portugueses que estão emigrados, aqueles que já regressaram, assim como todos os cidadãos que pretendam iniciar um processo migratório. No que diz respeito a objetivos, os GAE deverão informar todos os portugueses dos seus direitos sobre os países de acolhimento, apoiar no regresso e reinserção em Portugal, contribuindo para a resolução de eventuais problemas, de forma rápida, gratuita e personalizada, facilitando o seu contacto e articulação com outros serviços da Administração Pública Portuguesa.

▼
ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM DO MÉDIO TEJO

CIM do Médio Tejo abre portas para a China

No dia 25 de janeiro, o Médio Tejo abriu as suas portas para a China, intensificando as relações institucionais através de um protocolo de cooperação, que tem como objetivo estabelecer fortes ligações com aquele país.
O ato formal realizou-se na sede da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, em Tomar, contando com a presença de Anabela Freitas, a presidente desta CIM e de Y Ping Chow, presidente da Câmara de Comércio de Pequenas e Médias Empresas Portugal-China.
A presidente destacou que a mais valia do protocolo de cooperação estava centrada "sobretudo na internacionalização das empresas do Médio Tejo", tendo evidenciado existir um grande interesse pela cidade de Changchun, com 7 milhões de habitantes, que já estava identificado e "preconizado um entendimento" com esta cidade chinesa.
Já Y Ping Chow começou por referir que através do protocolo "será possível criar uma equipa de trabalho para melhor conhecer a região do Médio Tejo e perceber o que se pode fazer por cá". "Se o Médio Tejo conseguir estabelecer uma boa relação com Changchun será importante, pois é uma cidade com várias fábricas desde a construção de comboios, camiões, carros… uma indústria pesada, bastante forte e com 7ME de pessoas", evidenciou o presidente da Câmara do Comércio, finalizando que "há muito trabalho a fazer" e, por isso, que contava com o apoio da CIM do Médio Tejo.
O protocolo de cooperação é válido por um período de dois anos, entrando em vigor após a data da assinatura por ambas as partes, considerando-se automaticamente renovado, por períodos de um ano.

▼
MUSEU NACIONAL FERROVIÁRIO

"Museus em tempos de Pandemia"

Decorreu por conferência online, abordou um tema muito atual, juntou especialistas nacionais e internacionais e conseguiu captar a atenção de muitos participantes. Foi assim que aconteceu o II Encontro dos Museus do Médio Tejo, sob o tema "Museus em tempos de pandemia", realizado no dia 9 de novembro de 2020, através da página de Facebook do Museu Carlos Reis. A presidente da CIM do Médio Tejo, Anabela Freitas, foi convidada para iniciar a sessão e aproveitou a ocasião para evidenciar três objetivos "muito importantes", que estiveram na origem da constituição da Rede de Museus do Médio Tejo (RMMT): Reforçar as relações museológicas do território e os seus profissionais; definir e compartilhar boas práticas para a salvaguarda e valorização dos meios culturais; e contribuir para a educação e o desenvolvimento social das crianças, adolescentes e de todos os cidadãos do nosso território.
"Para se dar uma resposta aos tempos que estamos a viver, o trabalho em rede é fundamental", salientou a presidente desta CIM, acrescentando que a "Rede de terá de se reinventar no sentido de se criar condições para que, não havendo a visita física [nos museus], ela possa sempre chegar a todos nós". Para a Rede de Museus do Médio Tejo o Encontro cumpriu o objetivo de debate e participação entre os profissionais da área, tendo sido muito relevante para alavancar trabalhos futuros de continuidade para a Rede em tempos de pandemia.

Médio Tejo ADAPTA–(SE) para as escolas

O *Médio Tejo Adapta-se* tem como objetivo primordial a sensibilização para a temática das Alterações Climáticas sobretudo na população escolar, estando previstas ações direcionadas para os diferentes níveis de ensino.
Para o efeito, procedeu-se à distribuição de materiais didáticos junto das escolas, que pretendem servir de suporte às atividades desenvolvidas. Foram entregues: fichas didáticas para o 1º ciclo, integradas num "kit" composto por: capa, fichas, lápis de cor e fita para o pescoço; marcador/separador de livro com sementes (diferentes espécies: azevinho, medronheiro, cipreste português, cerejeira); lápis para plantar (espécie: girassol) e uma newsletter relativa ao projeto (1ª edição). Nos próximos meses, será lançado um concurso de ideias, sendo que também se encontra em preparação um livro didático destinado aos 2º e 3º ciclos.
O *Médio Tejo Adapta-(se)* enquadra-se na candidatura ao aviso PO SEUR - 08-2017-20 "Ações imateriais - Produção de informação e conhecimento (cartografia) e ações de comunicação e sensibilização sobre riscos associados às alterações climáticas", Eixo II "Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos". Este projeto, que tem como objetivo contribuir para um melhor conhecimento da população estudantil no que respeita aos riscos associados às alterações climáticas, através de ações de divulgação, bem como de difusão de boas práticas de atuação tendo em vista a mitigação dos impactos das alterações climáticas, incluindo formas de prevenção e de adaptação, representa um investimento total de cerca de 300.000€ e 250.000€ de Fundo de Coesão.

Programa Nacional De investimentos 2030 (PNI) e Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

Na sequência da apreciação dos investimentos públicos para a região do Médio Tejo no âmbito do PNI e do PRR os autarcas do Médio Tejo têm vindo a tomar algumas posições públicas neste âmbito. Consideram que os instrumentos de planeamento de investimentos estratégicos e estruturantes de políticas públicas a realizar na próxima década, devem acolher projetos estruturantes capazes de alavancar setores económicos prioritários como o turismo, a indústria, a floresta e a agricultura, e que tenham em consideração as especificidades de cada território. O que tem vindo a acontecer é que tem existido investimento público estruturante para o Médio Tejo, e que tem sido sucessivamente adiado e por executar em diversos planos estratégicos. Descontentes com as indefinições por parte da Administração Central nestas matérias pelo facto de terem vindo a alertar para estes problemas e outros conjuntos de investimentos que não têm tido acolhimento/reconhecimento como projetos estruturantes prioritários para esta região, entenderam desde logo solicitar audiências às várias tutelas no Governo que acompanham estas áreas. Os contactos têm vindo a ser feitos de modo a se encontrarem as possíveis e melhores soluções para o que entendem que é melhor para o futuro e crescimento desta região. Informação detalhada em mediotejo.pt.×

3 editorial

4 meio termo
Conselho Intermunicipal da CIM do Médio Tejo - o que é e o que faz!

8 meio de investimento
Programas de apoio à produção nacional tem candidaturas abertas na região do Médio Tejo

12 meio de transporte
LINK veio para ficar no Médio Tejo!

14 meio caminho
Memorando de investimento territorial assinado

16 entrevista
O território é nosso e deve ser apropriado por todos nós

22 meios ambiente
Projeto Hidrogénio

24 meio de prevenção
Brigadas de sapadores da CIM do Médio Tejo estão ao serviço da região

28 E a pandemia tomou conta de nós

32 a meio caminho
Castelo de Bode a tentação de experimentar o prazer de usufruir

37 a meio cultural
Médio Tejo aposta na criação de uma Rota Templária

40 meio de prevenção
Seminário de violência doméstica resulta em dia de partilha e de consciencialização

44 meio de investimento
Médio Tejo - uma região para investir

68 [para bom entendedor]
Meia Palavra

p'lo meio